

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 11 DE ABRIL DE 2014

NÚMERO 6.679

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascarí
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Merisio
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascarí
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Ciro Roza
Darci de Matos
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Darci de Matos
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Altair Guidi
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Guidi
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 010ª Sessão Ordinária realizada em 26/02/2014.....2 Ata da 011ª Sessão Ordinária realizada em 27/02/2014..... 19</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes27 Avisos de Licitação29 Avisos de Resultado29 Extratos30 Ofício30 Portarias30 Projetos de Lei32 Redações Finais34</p>
---	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 010ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Gostaria de chamar atenção de todos os parlamentares, dos líderes das bancadas, para que estejam neste plenário às 16h, para que possamos ter quórum qualificado para a deliberação dos vetos.

Passaremos ao horário de Breves Comunicações.

A primeira oradora inscrita é a sra. deputada Angela Albino, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ocupo a tribuna hoje para retomar o tema - e lamento que o deputado Renato Hinnig não esteja no plenário neste momento - sobre o IPTU de Florianópolis, desse aumento abusivo, que felizmente a Justiça cassou. E falarei não apenas sobre o aumento, mas também sobre a forma arbitrária como ele aconteceu. E, na discussão que alongamos em torno do assunto, é obvio que entraram componentes jurídicos também. Vejam, senhores, a pouca responsabilidade com que a prefeitura de Florianópolis tratou do assunto, deputado Sargento Amauri Soares, pois nós estávamos num grupo de juristas desta área tributária e nos demos conta de um detalhe muito interessante.

Esse detalhe é que no direito brasileiro não vige o princípio da repristinação. Repristinação é quando uma lei revogada tem os seus efeitos suspensos, isso não acontece, isso não redundará, necessariamente, se ela sobreviver à norma revogada.

Ou seja, havia uma normativa sobre o IPTU de 2014 em Florianópolis. Uma norma que

foi, a propósito, revogada pelo prefeito. A hora em que o Supremo Tribunal Federal revoga, suspende os efeitos da norma revogadora, a norma revogada não existe no mundo jurídico.

Ou seja, este ano - é claro que todos nós de Florianópolis temos responsabilidade com o nosso município -, juridicamente falando, não temos norma legal que discipline o IPTU em Florianópolis.

Isso acontece porque o direito brasileiro, atento a esta situação, diz que normas tributárias têm que ser feitas no ano anterior. O princípio da anterioridade é, inclusive, para dar tempo de fazer as adequações necessárias. Porque se tempo o prefeito tivesse dado à cidade, o que aconteceria agora? E estou falando do ano anterior. Editaria-se uma nova lei regulamentando o ano cuja norma revogada teve os seus efeitos suspensos.

Ou seja, nós não temos norma jurídica vigente, válida, para cobrar o IPTU de Florianópolis, porque a lei que revogou o IPTU de 2014 teve os seus efeitos suspensos, e como não vige no Brasil o princípio da repristinação, a norma revogada não passa a valer.

Vejam, senhores, o grau do problema, caso não tivéssemos uma cidade

que as forças políticas fossem responsáveis, poderíamos adentrar agora, pois não tem norma jurídica. Mas, curiosamente, até porque debatemos o tema de Florianópolis sobre o IPTU e outros temas na mesma matéria que foram dando ensejo na Grande Florianópolis.

Antes, gostaria de cumprimentar o ex-vice-prefeito de Palhoça, José Deodoro Martin, o De, que está aqui conosco. Mas em Palhoça houve aumento de IPTU, em São José, em Santo Amaro da Imperatriz, inclusive por decreto, e em Governador Celso Ramos, todos na faixa de 100% ou quase, como foi o caso daqui.

Curiosamente todos os municípios governados pelo PSD, partido oriundo do DEM, PFL, do PDS, da Arena, conforme estamos fazendo o histórico, mas várias vezes veio à tribuna para dizer que o governo onera os cofres, XÔ, CPMF e impostômetro. Eu já vi gente do PSD fazendo passeata e em casa deve lavar a mão com álcool, porque nunca ninguém tinha visto no meio, nunca ninguém tinha visto uma passeata.

E no Executivo assina-se aumento do IPTU: Florianópolis, Palhoça, São José, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, ou seja, o cinturão da Grande Florianópolis, todos eles do mesmo partido, do PSD, partido do governador. Não é possível! E aí só cabem duas conclusões políticas ou o governador não tem o comando daqueles que estão ao seu lado nos municípios, ao lado da capital dos catarinenses, inclusive na capital dos catarinenses, ou não tem noção do estrago que vai fazer à hora que concorrer à eleição e dizer, como disse em 2010, sou contra o aumento de imposto.

Esta Casa tem uma participação importante na discussão de pequenas e microempresas como teve a tal da Difa que o governo aumentou o tributo e dizia que não era bem assim, não está aumentando, mas no final teve que revogar inclusive porque aumentou, sim, onerou, sim, a pequena microempresa em Santa Catarina.

Portanto, vamos pautar este debate sob a perspectiva técnica, sob a perspectiva de que é preciso, sim, corrigir algumas inadequações, mas a forma como tem acontecido na Grande Florianópolis, creio eu, que tem influência direta do governador que é de aumentar imposto, aumentar o IPTU, como aconteceu em alguns municípios, inclusive em Florianópolis em taxa absurdamente aleatórias.

Por isso, tenho a convicção de que precisamos trazer esse tema para a Assembleia até para dizer que é uma enorme coincidência que está em curso, ou, então, de fato, é uma disposição do partido do governador e de seus aliados na Grande Florianópolis de sobretaxar que significa entre o povo de Santa Catarina e, em particular, o da Grande Florianópolis.

Eu não tenho dúvida de que isso vai ter reflexo nas eleições que vivenciaremos.

Gostaria de aproveitar este momento, cumprimentando o João, o pessoal do Sintaema, que está aguardando ao que tudo indica, finalmente, a instalação da CPI das águas, situação que assola o município de Palhoça, para dizer da necessidade que temos dessa ferramenta. O prefeito de Palhoça diz

explicitamente que o dinheiro arrecadado para a distribuição de água e o saneamento no município vai para o caixa geral e vai para a folha de pagamento dos servidores, e em Capivari de Baixo também. E aí nunca vamos melhorar os índices de saneamento.

Era isso o que falávamos quando da tribuna pedíamos que esta Casa autorizasse a CPI no seu objetivo original que era investigarmos amplamente o processo de privatização de água e saneamento de Santa Catarina. Virou o hidronegócio, um grande negócio em Santa Catarina. O deputado Kennedy Nunes recentemente assomou a tribuna e mostrou inclusive que se trata de um negócio e que em Joinville conta inclusive com a participação do próprio prefeito. É um negócio que tem despertado a cobiça.

Temos defendido - e esse foi o projeto de lei que conseguimos aprovar na câmara de vereadores na época em que fui vereadora - que o espírito que precisa nortear a água e o saneamento é o espírito público. Não podemos submeter água e saneamento à lógica do lucro porque as regiões empobrecidas estão desprovidas já, hoje, desse saneamento. Fazemos críticas a Casan, e o próprio sindicato muitas delas tem pautado, como por exemplo: uma entidade do tamanho que possui, tem maior número de diretores do que a empresa irmã em São Paulo. Portanto, é óbvio que existem problemas na Casan, e a grande maioria de gestão. Pela forma que se permitiu o processo de municipalização e privatização de água e saneamento em Santa Catarina, a Casan foi perdendo o seu filão, porque obviamente o setor privado nunca quis carne de peçoço, nunca foram aos municípios pequenos, aos municípios com peculiaridades geográficas dizer que ali fariam água e saneamento. Sempre foram atrás dos superavitários. E aí os municípios deficitários ficaram todos para a Casan, o que obviamente diminui a sua capacidade de investimento, e o estado vai, se mantida essa situação, num futuro que vislumbramos, enfrentar em outros momentos as interrupções de fornecimento de água, como ocorreu nesse último verão.

Tenho convicção de que perdemos uma grande oportunidade limitando o objeto da CPI das águas à Palhoça. Todos já conhecem a inominável situação de Palhoça. Já houve prisões em torno disso. Mas vamos pegar Palhoça, e a partir daí mostraremos que há problemas na privatização de água e saneamento em Santa Catarina. Há problemas quando interrompem o contrato com a Casan, pois no dia seguinte faz-se um contrato sem licitação. E assim as coisas permanecem. Uma empresa que atua assim em outro lugar atua da mesma forma no estado inteiro. É uma pena que possamos formalmente apenas investigar a questão em Palhoça. Espero que hoje finalmente possamos instalar a CPI das Águas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero fazer o registro da

presença neste plenário do presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Papel e Plástico de Campos Novos, Jocil Pereira, do vereador do PMDB e presidente do Sitraipel de Fraiburgo, Gabriel Fantin e do Marcelino Ferreira, também da direção do Sitraipel de Fraiburgo.

Estão aqui presentes acompanhando esta sessão. Essas entidades têm feito um trabalho importante na área da saúde e do trabalhador. Nós que temos presidido a Frente Parlamentar da Saúde dos Trabalhadores tem levantado debate no estado inteiro, inclusive, agora em abril, em Joinville, a Fetiesc e outras entidades como O Vida estarão promovendo mais um evento importante sobre a saúde do trabalhador. Queria saudar a presença dessas lideranças importantes que estão, neste momento, acompanhando esta sessão, ao tempo que cumprimento também outras lideranças que estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Gostaria de registrar a presença dos vereadores Daniel Silvano Weber, Jeferson Rubens Garcia, Thomaz William e Ernesto Policarpo de Aquino do município de Itapoá. Um dos municípios catarinenses que mais cresce. Também quero registrar a presença do presidente da Câmara de Jaguará do Sul, vereador Eugênio Garcia e o presidente do Samae, Ademir Izidoro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência também registra a presença do vereador do município de Serra Alta, Adriano Rigo. E a todas as lideranças desejamos boas-vindas a esta Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e quem nos acompanha na tarde de hoje pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e aqui presentes, eu quero esclarecer e reiterar de forma mais clara o que já falei ontem. Que não serei candidato a deputado na eleição de 2014 por questões políticas e pessoais. Falei também que na Aprasc após o meu declínio está sendo discutido nas bases o nome de um substituto. A Aprasc na sua diretoria sugere o nome do soldado Elisandro Lotin de Souza. Esse é um debate que está sendo feito.

Estamos pleiteando junto ao Partido Socialismo Liberdade, o PSOL, a candidatura ao governo do estado de Santa Catarina. O PSOL também tem outro pré-candidato, o ex-deputado, o ex-vice-prefeito da capital e atualmente vereador, nesta cidade, o companheiro Afrânio Boprê. O PSOL também tem o convite para uma candidatura ao Senado. Eu estou repetindo isso para fazer uma pequena reflexão, porque me espanta, deputada Luciane Carminatti, o fato de as pessoas se espantarem com alguém dizendo que não quer ser candidato à reeleição.

Acho que isso não é uma profissão e sim um exercício de um mandato temporário,

no caso, de quatro anos, para que haja a representação de alguns setores ou dos diversos setores da sociedade. Vejo perfeitamente e natural que haja a renovação de quadros, a substituição de lideranças. Ninguém na luta popular pode ser considerado e muito menos se considerar insubstituível.

A luta do povo continuará nos próximos anos e nas próximas décadas. A nossa categoria assim como as outras, como o conjunto da classe trabalhadora ou das classes trabalhadoras, das bases da sociedade, precisará sempre fortalecer a sua participação nas instâncias de decisão da sociedade. Sem ilusões de que pela via do Parlamento e da instituição do estado atual seja ela qual for se vá efetivamente fazer as transformações necessárias para o futuro da sociedade catarinense, brasileira e inclusive mundial. Sem nenhuma ilusão, mas a importância do mandato parlamentar como mais uma ferramenta, e tão somente isso, um instrumento a serviço das lutas populares e das bases da sociedade.

É justamente por isso e razões políticas pelas quais me coloco à disposição para ser candidato a governador inclusive, se assim for o entendimento das bases, para contribuir. E que possamos reorganizar uma efetiva alternativa de esquerda à sociedade catarinense do nosso ponto de vista. Está faltando tanto em nível nacional quanto em regional, estadual e municipal o velho debate nos processos eleitorais e a necessidade das mudanças estruturais que a nossa sociedade precisa.

Mas como militante a serviço dessa luta, se os companheiros assim entenderem, estarei feliz, se for apenas mais um militante desse processo, sem a necessidade de concorrer a qualquer cargo eletivo. E estarei por certo convicto disso, por todos os outros dias da minha vida comprometido com esse objetivo, trabalho e tarefa grandiosa de defender sempre a possibilidade da humanidade se emancipar do jugo dos monopólios, do imperialismo, do latifúndio, do capitalismo no seu conjunto e apresentar uma alternativa global de sociedade que possa garantir vida longa à civilização e à humanidade, porque entendemos também que o capitalismo é o covão da possibilidade de felicidade e de continuidade da própria espécie humana na face da Terra.

E daqui para o ano que vem vamos debater, teremos a oportunidade neste processo de retirada de despedida, de recomposição e readequamento na luta da classe trabalhadora, da qual a minha categoria, os praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, faz parte.

E com essa compreensão de fazermos parte integrante da classe trabalhadora brasileira, da imensa classe, queria também falar e já sinto que tenho demorado a abordar a situação da Venezuela, onde tem ocorrido fatos lamentáveis nas últimas semanas.

É preciso esclarecer ou então tirar a nuvem da coisurada e bobajada que dizem especialmente nos meios de comunicação, e o termo anterior é incorreto, na verdade o discurso comprometido da maior parte dos grandes meios de comunicação com a direita golpista na Venezuela, uma direita reacionária,

violenta, que já deu golpe, porque em 2002 executaram o golpe e perderam 48 horas depois.

Faz 15 anos que a direita venezuelana perde uma eleição por ano. E, agora, está muito irritada porque não aguenta mais perder eleição e tem partido para a ignorância. São francos atiradores que nas manifestações populares da oposição e dos governistas atiram para os dois lados, simplesmente para fazer aumentar o ódio entre as partes e criar esse clima, essa sensação de pânico. São lamentáveis as 14, 16 mortes na Venezuela, neste ano, nas últimas semanas.

É preciso dizer, e qualquer inteligência mediana deste país pode compreender, que aquela direita não tem moral, é golpista, não tem apoio popular, perde sucessivas eleições para o povo da Venezuela, pois se o governo desse país não fosse apoiado pelas massas populares já teria sido golpeado no máximo em 2002, ou teria perdido as sucessivas eleições, pois, como falei, praticamente todo ano tem eleição na Venezuela, e a direita sempre perde. Aliás, desde 98, porque antes a direita sempre ganhava.

Então, é preciso dizer isso e entender o conceito de liberdade na boca dos poderosos desta sociedade. E aprendi isso com o norte-americano Noam Chomsky que disse para ficarmos todos muito atentos, porque quando a Casa Branca, a Wall Street e o Pentágono falam em liberdade, estão falando em liberdade de comércio, pois dos monopólios dos Estados Unidos nos explorarem em qualquer parte do mundo.

Os que defendem a liberdade para a Venezuela estão defendendo que o governo abra todas as portas para que a Venezuela continue sendo apenas um espaço de realização da mais valia explorada do povo venezuelano, por parte dos monopólios internacionais, a maioria dos quais sediados nos próprios Estados Unidos.

A liberdade que eles falam é a liberdade deles nos explorarem. E é preciso que nós, brasileiros, a população trabalhadora brasileira, não nos confundamos com esses termos. Fico bastante admirado, irritado, indignado com certos filósofos da democracia no Brasil, que defendem e continuam defendendo o golpismo na Venezuela e em outros países da América Latina, de uma direita rancorosa, antipovo, que já governou por muito tempo na Venezuela e por aí afora, que só excluiu, só massacrou, só explorou a própria sociedade.

É preciso que falem pelo menos um pouco da verdade a respeito do que acontece na Venezuela. Não é possível que pessoas inteligentes não possam perceber. E quem tiver dúvida pode ir visitar e ver o processo da Venezuela é um processo profundamente democrático, de profunda participação popular, como há décadas, talvez séculos, não ocorre neste país e não ocorre em nosso continente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Registramos a presença do presidente e do vice-presidente da Câmara de Vereadores do município de Ponte Alta. Desejamos-lhes boas-vindas.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, participamos de um evento no planalto norte juntamente com mais de 1.300 agricultores, em uma grande jornada que foi patrocinada pela CooperAlfa, uma cooperativa das mais importantes de Santa Catarina, estando presente o seu presidente e todo o conselho dessa empresa. Também participaram prefeitos, vereadores e demais representantes da região dessa grande reunião da agroindústria do planalto norte, para adquirir conhecimento em agricultura, para que os agricultores possam produzir mais.

Na verdade neste ano devemos ter a maior safra da história do planalto norte, com grande produção de fumo, soja, milho, fazendo com que o planalto norte se torne um novo celeiro de santa Catarina.

Quero dizer a vocês que nós do planalto norte ainda temos fronteiras agrícolas para serem conquistadas. Por quê? Porque temos proporcionalmente ainda grandes áreas de terras para serem desbravadas, terras para o plantio e cultivo de nossos alimentos.

Com certeza essa reunião onde representei a Assembleia Legislativa, o secretário Ricardo Pereira Martins, o governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira marcaram presença com todos os agricultores. E vimos o entusiasmo, a competência, a preocupação para que cada vez mais possamos produzir grãos na nossa região.

Temos a certeza de que essa grande reunião realizada por essa importante cooperativa traz dividendos para todos os catarinenses, porque os alimentos lá produzidos vão contribuir para a alimentação da nossa comunidade.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Antônio Aguiar, quero cumprimentar v.exa. por trazer ao conhecimento dos catarinenses esse importante tema que foi tratado no planalto norte, essa iniciativa da CooperAlfa - Cooperativa Agroindustrial Alfa. Quero dizer que compartilho com a opinião de v.exa. no sentido de que o planalto norte é uma região de Santa Catarina, que ainda tem muito a contribuir com o nosso estado, é um celeiro de produção agrícola que pode ser mais bem explorada. Então, investimentos são necessários naquela região para desenvolver o agronegócio que é a vocação dessa região muito produtiva e que precisa de um olhar diferenciado por parte do governo. E a iniciativa privada está percebendo que nessa região existem muitas oportunidades.

Também quero contribuir com v.exa. no sentido de dizer que deveríamos em conjunto, quem sabe, construir uma política de incentivos para aquela região de forma diferenciada, já que temos que ter em Santa Catarina um olhar regional para algumas regiões, e a região do planalto norte realmente precisa ser olhada de forma diferenciada por parte do governo, porque ao longo dos anos é uma região que ainda está carente de um

desenvolvimento mais acelerado, se compararmos com outras regiões do nosso estado. E o planalto norte não pode ficar para trás, tem que entrar nessa locomotiva e ser acelerado um pouco mais o desenvolvimento daquela região, notadamente no aspecto do agronegócio e da sua própria economia.

Houve tempos em que no planalto norte predominava a exploração da madeira; então, é preciso encontrar um novo fluxo e um novo foco para essa região, para que se consiga contribuir com o seu desenvolvimento.

Ainda tem mais, deputado Antônio Aguiar. Quero ainda complementar que lá em Porto União, como v.exa. sabe, existe aquela diferença tributária entre União da Vitória e Porto União, que precisa ser resolvida.

Acho que precisamos somar esforços para que o governo do estado resolva definitivamente essa questão que traz uma diferenciação, uma discriminação odiosa com relação ao tratamento tributário com os contribuintes de Santa Catarina e Paraná.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - É verdade, deputado Renato Hinnig, nós tivemos em Porto União uma grande reunião da SDR, onde entregamos duas viaturas para UPA (Unidade de Pronto Atendimento). Inclusive, segunda-feira, estive lá com o governador, como o relator da lei que federaliza Canoinhas a Porto União, a reabilitação da BR-280. Estava presente também a ministra Ideli Salvatti, fazendo a entrega oficial do governo federal para a reabilitação da BR-280, trecho Canoinhas/Porto União.

Mas hoje ainda quero me reportar a uma entidade muito importante do nosso estado, que é a Apae. Nós, como deputado estadual, no nosso quarto mandato, sempre nos preocupamos com a entidade mesmo antes de pertencer ao Fundo Social e atuamos em todos os municípios a seu favor.

Esta semana entregamos uma Kombi na Apae de Campo Alegre, um veículo em São Bento do Sul e outro em Três Barras, o que permitirá que essas unidades tenham condições de transportar os nossos alunos. Pela condição de vida que esses alunos têm, pela sua deficiência, pela sorte imposta a eles, têm que ter, sim, cuidados especiais, porque são pessoas diferentes e têm que ser tratadas de forma diferente.

Sempre tratamos as Apaes de maneira diferente. Contribuímos com R\$ 200 mil, no município de Bela Vista do Toldo, para a construção da Apae. E o elevador da Apae de Porto União também foi comprado, através de convênio com este deputado. Todas essas verbas são do ano anterior. E acho importante citar que o governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira está também preocupado com nossos deficientes.

No planalto norte temos essa importante característica de ajudar todos os municípios que fazem parte dessa grande família que é a Apae. E por que essa identificação com a Apae do nosso estado? Porque nós, como médico ortopedista, somos vizinhos da Apae de Canoinhas, basta atravessar a rua do meu consultório. E durante 20 anos prestamos serviços gratuitamente na Apae daquele município.

Quero dizer a v.exas. que esse trabalho fez com que tivéssemos uma visão

diferente das Apaes e por isso contribuímos com as Apaes, com o Fundo Social das Apaes, como os quarenta deputados também fizeram, pois votaram pela aprovação do Fundo Social das Apaes. Portanto, esta Casa tem um grande peso na melhoria da vida dessas pessoas que hoje no estado de Santa Catarina são tratadas com cuidado, com dignidade, são vistas de maneira diferente.

Não podíamos deixar de nos manifestar hoje nessa importante sessão a respeito das Apaes de Santa Catarina, especialmente do planalto norte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, minha manifestação hoje será sobre a grande mobilização que aconteceu ontem em Chapecó, contra a violência, a insegurança pública instalada em nossa cidade.

A comunidade de Chapecó parou o centro da cidade na manhã de ontem. Participaram do ato mais ou menos 2,5 mil pessoas, na principal avenida, para reivindicar por mais segurança. O evento foi organizado pela Acic, CDL, Sicom, com o apoio de 50 entidades, envolvendo inclusive todas as nossas universidades.

Outras entidades também reforçaram pedidos, ao governo do estado, de ações táticas emergenciais, estruturais, de combate ao crime.

Eu quero fazer a demonstração, através de vídeo, de algumas imagens e depoimentos que foram coletados na mobilização de ontem.

A população de Chapecó está reivindicando medidas estruturantes na segurança pública, não mais campanhas publicitárias, como é o caso da Tolerância Zero, da Segurança Máxima, que foram muito veiculadas em alguns anos anteriores, inclusive com um grande outdoor, na entrada da cidade, que dizia que em Chapecó bandido não se cria.

Este era o termo do outdoor na entrada do município de Chapecó, com o apoio da Prefeitura, naquela ocasião. Chapecó - Bandido não se cria.

Vamos à apresentação do vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Essas fotos podem continuar sendo demonstradas, também os depoimentos. Inclusive, nós teríamos aqui depoimentos de famílias inteiras que estão hoje bastante abaladas com a perda de seus familiares. Mas esse movimento mostra que não aceitamos mais essa condição a que a região oeste, a nossa cidade de Chapecó, está submetida.

A população, como falei, não quer mais campanha publicitária, quer medidas efetivas de combate à violência, ao roubo e às mortes que acontecem na nossa região.

O último empresário que se manifestou aqui, que é o presidente da

Associação Comercial e Industrial, inclusive fez o pedido, entre os vários pontos, de uma guarnição especial na região da Efapi.

Esse projeto nós protocolamos na semana passada, que cria três novas guarnições, Xanxerê, Abelardo Luz e Chapecó, porque é importante a guarnição. Eu sei que o deputado Sargento Amauri Soares, inclusive, tem esta preocupação, para que nós não fiquemos na estrutura burocrática administrativa. Nós estamos reivindicando as guarnições, em primeiro lugar, para diminuir o tamanho do território.

A região oeste de Santa Catarina é a única região, deputado Amauri Soares, que tem 41 municípios e um batalhão. Mas nós estamos deixando muito claro, inclusive no projeto de lei consta pelo menos um pelotão de 100 policiais na rua, efetivos, com condições de trabalho, com motivação e com uma carreira, que tanto se tem lutado nesta Casa. Então, eu quero fazer esta menção.

Na avaliação dos chapecoenses, esta é uma das maneiras de garantir, na prática, o trabalho ofensivo nas ruas de Chapecó, especialmente no bairro Efapi, que é onde hoje está concentrado o maior número de homicídios de 2014, no total de 16 homicídios. Neste ano, cinco aconteceram somente no bairro Efapi.

Os números repassados pela própria Polícia mostram que, em 2011, a Polícia Militar, deputado Sargento Amauri Soares, tinha, em Chapecó, 292 PMs para uma população de 183 mil habitantes.

Agora, em 2014, nós temos mais de 200 mil habitantes, mas perdemos 12 policiais, então é desproporcional. Aumenta a população e diminuem os policiais.

Enquanto isso se registra em Chapecó todos os meses, pasmem, 25 mil ocorrências e 50% delas ficam sem atendimento por falta de efetivo ou de estrutura.

Nos casos de crimes mais graves como assaltos, a secretaria de Segurança Pública contabilizou 466 assaltos no ano passado por dia. Não estou falando de furto, estou falando de assalto o que é extremamente grave.

Os assassinatos que são homicídios e também latrocínio assustam. Foram 42 em 2011 e 44 em 2012. Neste caso tivemos vários empresários chapecoenses questionando o crescimento na criminalidade, a redução da estrutura do aparelho policial, criando, portanto, um quadro dramático em Chapecó.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Serei muito breve, deputada Luciane Carminatti, agradecendo o aparte e parabenizar v.exa. pelo pronunciamento, mas v.exa. citou um dado que me fez lembrar um debate neste plenário há três anos quando v.exa. citou 2011 o número de policiais naquela época e que hoje teria 12 a menos.

Lembro que houve deputados de outras regiões que vieram a este microfone e a estes microfones exigir que o governo do estado tomasse providência para que a sua

região também fosse atendida, já que a notícia oficial de parte do governo de que iriam mais policiais para Chapecó, como a senhora mesma trouxe os dados, mas a realidade não confirmou a promessa e nem a notícia que se divulgou naquele período.

É lamentável, só contratando mais efetivos em torno de mil por ano e ao longo de dez anos se pode começar a amenizar esta dramática situação na sociedade catarinense em geral, chapecoense ou oestina e particular.

Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Obrigado, deputado.

A comunidade chapecoense pede, além de mais efetivo, como bem falou o deputado Sargento Amauri Soares, também a ampliação de vagas para internação dos adolescentes. Hoje o Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório - Casep - recebe os adolescentes, mas ficam por 45 dias esperando pela decisão judicial, pois há somente dez vagas. Já o Centro de Atendimento Socioeducativo os adolescente ficam internados por até três anos, existem 20 vagas. Os dois espaços atendem toda a região, não somente Chapecó.

Então, a secretaria de Segurança Pública está assegurando a construção do novo Case e Casep com 60 vagas. Hoje 30 asseguram 60, mas a demanda requer 200 vagas.

Outra reivindicação inclusive é uma proposta dos nossos vereadores do PT que é a instalação de uma delegacia especializada em homicídios. Hoje a cidade conta com um setor específico para investigar homicídios, mas não tem sede própria e nem efetivo suficiente.

Então, em curto prazo, Chapecó precisa de mais policiais militares nas ruas, mais policiais civis na investigação, melhor estrutura de trabalho, delegacias especializadas em homicídios, criação da guarnição especial da Polícia Militar na InFAP, mais vagas para o Case e Casep e também estruturar uma política de segurança pública que articule saúde, educação e assistência social.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopesla, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e público que acompanha esta sessão.

Deputado Renato Hinnig, v.exa. falou sobre o dia de tecnologia da CooperAlfa em Bela Vista do Toldo, no Planalto Norte, no dia de ontem. Quero pegar uma carona no seu pronunciamento e dizer que no início deste mês tivemos o primeiro dia de tecnologia da Cooperativa Itaipú em Pinhalzinho. Logo, em seguida, houve em Chapecó o dia de tecnologia da CooperAlfa, depois em Concórdia o da Copérdia, em Videira o da Coopervil. Ontem a vez da Copercampos e também da CooperAlfa em Bela Vista do Toldo.

Vou continuar com esse assunto pela importância do cooperativismo no estado e porque os chamados Dias de Campo são fundamentais na questão da avaliação dos produtores, pois esses podem conhecer novas tecnologias, deputada Luciane Carminatti, v.exa. que representou esta Casa em Chapecó.

Assim os produtores podem conhecer novas tecnologias em sementes. Há 15, 20 anos atrás se falava muito com relação à produtividade do milho em 50, 60 sacos por hectare, e hoje se fala em mais de 200. Na questão da genética animal, há muitos anos, o suíno precisava de nove meses para pesar 100 quilos, e hoje produz-se 100 quilos de carne com quatro meses. Na produção de leite, antes uma vaca produzia oito, doze litros de leite por dia, hoje são mais de 40 litros por dia. Tudo isso está demonstrado nos Dias de Campo das cooperativas. Sem falar da troca de experiência que acontece sobre os implementos que cada um faz para melhorar a sua produtividade.

Então, quero deixar registrado aqui que esta é a melhor forma de continuarmos desenvolvendo o estado de Santa Catarina, que tem pouco mais de 1% do território brasileiro e coloca-se como o quinto produtor de alimentos do país. É claro que a tecnologia é fundamental, bem como toda a estrutura do agronegócio, das indústrias, das cooperativas, mas precisamos reconhecer acima de tudo o trabalho do produtor catarinense.

Eu tenho dito em meus pronunciamentos, deputado Antônio Aguiar, que existem indústrias que dizem que os estados do Paraná, Mato Grosso, Goiás, o centro-oeste, são mais confortáveis para a produção de carnes na questão da suinocultura, da avicultura, são mais competitivos. Acho que é verdade, pois a produção daquilo que é mais importante para a sobrevivência desses animais, o milho e a soja, tem o preço diferenciado.

Quando o seu Atilio Fontana escolheu Santa Catarina para instalar a Sadia; o sr. Aury Bodanese, a Aurora; o sr. Saul Brandalise, a Perdigão; o sr. Pagnoncelli, o Frigorífico Pagnoncelli, em Joaçaba; o seu Plínio Denez, o Frigorífico Chapecó, em Chapecó; eles não escolheram a melhor topografia. Eles escolheram onde havia os melhores agricultores. Não tenho nenhuma dúvida de afirmar isso.

Temos um agricultor que não tem sábado, que não tem domingo, não tem feriado, não tem férias. Esse produtor joga com o clima e também conta com a sorte nos preços, mas nem por isso o nosso produtor de cebola deixou de produzir dois mil ou três mil quilos, há 10 anos, de cebola por hectare e hoje produz seis mil ou sete mil quilos. Aplicou a tecnologia com o sacrifício do seu trabalho, e hoje consagra a atividade dentro do nosso estado.

Então, não me preocupo quando dizem que vão embora, porque vão encontrar melhores condições para trabalhar. Preocupo-me, sim, pois não temos a infraestrutura, não temos a logística que precisaríamos ter. Se quisermos manter essa atividade no estado, precisaremos brigar por ferrovias, por melhores rodovias e para que a carga tributária que está sobre a cesta básica dos alimentos, pois está

além daquilo que o consumidor e o produtor podem pagar, diminua. Eu quero deixar aqui registrado o meu reconhecimento a essa atividade.

Quando se divulgou os dados sobre emprego no país, Santa Catarina aparece como o estado que mais ofereceu emprego agora no último mês. O primeiro lugar desses empregos oferecidos em Santa Catarina está o agronegócio, vindo do trabalho da agricultura. É um setor que tem importância, sim; é um setor que precisa ser visto; é um setor que precisamos ajudar para que continue crescendo e ajude a dar dignidade às famílias.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de cumprimentá-lo pelo tema trazido a esta Casa. O tema agricultura é, sem dúvida nenhuma, o tema do momento, porque vemos o produtor que trabalha, que dá o sangue pela sua família e pelos seus trabalhos e também vemos as maiores colheitas do estado. A produção da agricultura no planalto norte é o maior ano de produtividade que já se teve na área do milho, soja e fumo.

Parabéns a v.exa. por valorizar cada vez mais o nosso agricultor.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - V.Exa. fez importantes colocações.

Quero dizer que como Santa Catarina é um estado dependente de milho e soja de outros estados, o planalto norte se for dado um tratamento diferenciado poderá aumentar a produção de cereais e, assim, sermos menos dependentes daquilo que somos dos outros estados.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Muito obrigado pelo aparte, deputado Moacir Sopesla. Gostaria de salientar o tema que v.exa. usa no horário do nosso partido, PMDB, até pelo seu conhecimento, pela história de vida na agricultura e como secretário das políticas rurais de nosso estado, no governo Luiz Henrique da Silveira. Também enalteço a figura do nosso agricultor, sempre lembrando que o nosso estado tem um pequeno percentual, pouco mais de 1% da área brasileira, mas é o estado que tem mais propriedades rurais caracterizadas pela agricultura familiar.

Este ano está em substituição a sua liderança, pois terei a oportunidade de ser presidente da comissão de Agricultura e Política Rural. V.Exa. colocou aqui a minha região, a minha cidade que é eminentemente industrial e um dos grandes polos industriais do estado de Santa Catarina, mas também a nossa região é proeminente na cultura da banana, sendo um dos maiores produtores. Temos grandes indústrias de arroz sediadas na nossa região, dentre centenas e milhares de produtores.

Então, o estado de Santa Catarina tem esse diferencial na nossa agricultura, que é estar espalhada em todo seu estado com

potencialidades enormes. É muito oportuno o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO MAOCIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Carlos Chiodini, v.exa. que foi o nosso líder até poucos dias e que assume agora a Presidência da comissão de Agricultura e Política Rural. Tenho absoluta certeza de que fará um grande trabalho, porque mesmo não sendo um profícuo conhecedor da atividade, sei da sua vontade e desejo de fazer um bom trabalho.

O oeste de Santa Catarina e muitas vezes nos pronunciamentos dos deputados dessa região afirmamos a suinocultura, a avicultura, mas o estado catarinense é também o maior produtor de cebola, está entre os maiores produtores de alho e é o maior produtor de banana. E sei da importância que tem essa atividade na sua região. O estado de Santa Catarina explorou e é hoje o maior produtor de moluscos, de ostras, de marisco, de camarão, que são atividades que vêm da agricultura, e não importa se é do litoral, do norte ou do sul.

Por isso, finalizo dizendo que se pergunta às vezes de onde vem o leite para uma criança, muitas vezes ela responde que vem do supermercado, mas não é verdade, ele vem do trabalho do nosso agricultor lá na propriedade agrícola.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Com a desistência de representantes do PSD, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, deputada Angela Albino, sem prejuízo do tempo.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, com a devida permissão do mais velho integrante da CPI, deputado Reno Caramori, chamo os parlamentares que integram a CPI das Águas para que possamos fazer a instalação agora, aqui, na sala de imprensa, durante a fala da deputada Luciane Carminatti.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado, eu vou fazer a instalação de acordo com o nosso Regimento. Mas eu tenho o horário do PP, o meu pronunciamento.

Então, espero que aumentem o volume porque estarei na sala imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Sem prejuízo, deputado Reno Caramori. Estaremos atentos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero comemorar no dia de hoje junto com o Partido dos Trabalhadores pelas grandes e significativas notícias com relação à Educação, especialmente da rede federal de ensino.

Nesta semana tivemos a oportunidade de anunciar duas grandes notícias para o oeste catarinense. Uma delas é a instalação do Instituto Federal no município de São Lourenço do Oeste. E a outra é que estamos mais próximos ainda da implantação do primeiro curso de Medicina, da Universidade Federal da Fronteira Sul, em Chapecó.

Na luta pela conquista do Instituto Federal o município de São Lourenço do Oeste e toda região podem comemorar, pois devemos ter a primeira turma de alunos para a metade deste ano.

Tivemos a informação, nesta semana, em reunião com a reitora Maria Clara, com o deputado Federal Pedro Uczai e toda a nossa bancada de deputados estaduais do oeste, junto com o prefeito do município de São Lourenço do Oeste, demais lideranças, lideranças empresariais que nos próximos dias serão iniciadas obras de limpeza, pintura do prédio cedido pela prefeitura ao Instituto Federal de Santa Catarina, Escola Básica localizada no distrito de Frederico Hardt, cerca de sete quilômetros do centro da cidade, que a comunidade de São Lourenço do Oeste será ouvida sobre as necessidades para planejar os novos cursos. No ano que passou foram feitas pesquisas com as entidades empresariais, sindicais, para levantamento dos cursos.

Agora, portanto, será feita a seleção propriamente dita, e o primeiro curso que será confirmado é na área da informática e cursos voltados no setor agrícola.

Como o Instituto Federal em São Lourenço do Oeste e toda região ganha? Teremos profissionais qualificados, em todas as empresas, com novas ideias, negócios surgindo, mais renda, mais emprego, mais qualidade de vida, especialmente para as famílias que não têm condições de pagar a universidade ou um curso técnico para seus filhos.

Também quero transmitir outra assentada de Abelardo Luz.

Nós teremos o primeiro campus avançado do Instituto Federal de Santa Catarina dentro de um assentamento, que será um marco histórico para o município de Abelardo Luz e para as mais de 1.500 famílias assentadas, pois garantem que os filhos estudem e permaneçam ali garantindo a continuidade do assentamento. É o primeiro instituto num assentamento rural deste país.

Hoje o instituto funciona como um projeto de extensão do Instituto Federal do município de Concórdia, com dois cursos técnicos e uma pós-graduação em Agropecuária. O sonho das famílias de terem uma estrutura própria e fortalecida está próximo de ser realizado.

E para fechar com boas notícias para a área da educação no nosso oeste, quero informar que ontem participamos de uma audiência com o deputado Gelson Merisio que está em plenário e pode confirmar, também com o pró-reitor de planejamento da Universidade Federal da Fronteira Sul, o professor Vicente, também a coordenadora do grupo que trata do hospital de ensino e também com um membro do Conselho Diretor do Hospital Regional, o Marco Aurélio, onde tratamos da necessidade da concretização do curso de Medicina já para o ano que vem. E precisamos de uma ampliação do Hospital Regional do Oeste, para estruturá-lo para a criação do hospital escola, ou melhor, um hospital de ensino funcionando.

Tivemos a confirmação de recursos no valor de R\$ 500 mil para a construção desse projeto, porque, deputados, deputada Ana Paula Lima, sem projeto não há construção. Então, a garantia do curso de Medicina depende do Hospital Regional do Oeste se transformar num hospital escola. Esse recurso vai garantir a construção da ala de ensino do Hospital Regional do Oeste. É um passo que nos aproxima ainda mais do primeiro curso de Medicina gratuito na região de Chapecó, uma vez que o Ministério da Educação só aprova a criação do curso para a região se tiver espaço adequado para os alunos atuarem na prática.

Como coordenadora do grupo de trabalho da própria Universidade Federal, quero dizer que essa notícia está sendo aguardada com muita expectativa pela comunidade acadêmica. Com o projeto criado podemos ter o primeiro processo de seleção já no final deste ano, que acontece através do Enem.

Portanto, para quem está nos acompanhando e que deseja cursar o curso de Medicina na Universidade Federal precisa ficar atento, porque o Enem é que fará a seleção dos alunos.

Também queremos dizer que a criação do hospital ensino vai intensificar a oferta de residências médicas no hospital e garantir um salto de qualidade na assistência à saúde.

Se quisermos que os médicos fixem residência na região, devemos oportunizar a continuidade dos estudos, seja no ensino, na pesquisa e extensão. Quem vai para os grandes centros dificilmente volta, e os nossos municípios menores sofrem com a falta de profissionais especializados.

A nova ala do Hospital Regional do Oeste deverá ocupar um espaço em torno de 5.000m², e o mais importante é que não vai atender somente aos alunos da federal, mas outras instituições de ensino, como a UnoChapecó, a Unoesc, a Udesc, seja nos cursos de Medicina, de Enfermagem ou em outras áreas onde possam vivenciar o ambiente hospitalar e o atendimento à saúde da população.

O que queremos junto com a equipe do Hospital Regional do Oeste e com a direção da Universidade Federal da Fronteira Sul é transformar Chapecó num centro de excelência no ensino à saúde. Somos reconhecidos por tantos serviços, especialmente na área da saúde, mas é preciso garantir a formação do

profissional médico que passa a ter uma conquista a partir do ano que vem.

Quero também dizer a todos que estão acompanhando esta sessão que das vagas ofertadas para o ano vem no curso de Medicina, onde há previsão de 40 a 60 vagas, e já em 2017 mais 20 novas vagas para a formação de médicos, uns 86% dessas vagas serão ofertados para alunos de escola pública.

Portanto, os estudantes de ensino médio que desejam ser médicos, que são filhos de trabalhadores, de pequenos empresários, de agricultores, que sonham e sofrem para passar num vestibular para Medicina, fiquem atentos, façam o Enem e quem sabe ano que vem possamos ter vários estudantes, inclusive do nosso interior do estado, cursando Medicina, tornando-se médicos para defender a saúde pública, o SUS, para que todo o povo brasileiro possa ter atendimento médico, independentemente da sua renda, da sua classe social, mas como um direito digno de toda população.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do prefeito de Chapadão do Lageado, nosso companheiro Zezé, que está nesta Casa encaminhando assuntos de interesse do seu município.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero também registrar a presença nesta Casa dos vereadores de Cunha Porã, Rogério Grade, Sílvio Fioreze, Deise e Solmar, que estão participando de um curso na capital catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público presente e ouvintes desta sessão, hoje, infelizmente, vou falar mais uma vez sobre o problema das estradas do nosso estado.

Não é uma crítica ao governo, mas para que determine aos seus comandados as devidas providências com o que está prejudicando exageradamente aqueles que transitam pela nossa rodovia que liga o trecho de Matos Costa a Porto União.

Recebi correspondência aprovada pela Câmara de Vereadores de Porto União, por proposição do vereador Gildo Luiz Masselai. Recebi também correspondência do sr. Giovanni Gilberto Gregório, do município de Calmon, que trata de uma moção aprovada pela Câmara

daquele município, solicitando que busquemos junto ao governo uma solução.

Por isso estou enviando essas indicações solicitando medidas para resolver o problema das estradas, talvez pela décima vez, mas não vou parar de usar minhas prerrogativas. Na realidade estou muito preocupado com isso, e fiz a seguinte indicação ao governador do estado:

(Passa a ler.)

"A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovando proposição do deputado Reno Caramori, solicita a vossa excelência urgência na recuperação asfáltica do trecho da Rodovia SC-135, que liga os municípios de Porto União, Matos Costa e Calmon."

Na mesma linha, sr. presidente, temos outra Rodovia, a SC-462 que ainda carece de asfaltamento futuro, que liga Matos Costa a BR-153, no município de General Carneiro, e enviei a seguinte indicação ao governador do estado:

"A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovando proposição do deputado Reno Caramori, solicita a vossa excelência que determine a realização de serviços de patrolamento do trecho da rodovia SC-462, entre os municípios de Matos Costa e a BR-153, divisa do estado do Paraná."

Srs. deputados, não dá mais! Estamos buscando, deputado Gelson Merisio, a solução da maneira mais pacífica possível. Mas nós, que somos daquela região, recebemos quase todo dia telefonemas de empresas, de motoristas particulares, de moradores daquela região. Agora vai se agravar ainda mais, deputado Neodi Saretta, em conseqüência da vinda da neblina com a proximidade do inverno. A neblina já começou, o que é praxe naquela região. Depois das 20h ninguém mais trafega, a não ser a dez ou 20 quilômetros por hora.

Eu gostaria de solicitar à assessoria que fizesse a exibição das fotos que me foram mandadas no dia de hoje, mostrando os tipos de buracos existentes naquela rodovia.

(Procede-se à exibição das fotos.)

Conforme v.exas. puderam observar, são diversos os tipos de buracos que existem no leito da estrada e que foram apresentados nas fotos, atestando a gravidade da situação.

Num trecho da estrada, que não foi mostrado aqui, a comunidade colocou capim, pegaram touceira de capim e colocaram nos buracos. Virou uma selva na pista, só se via capim. Foi uma maneira que encontraram para evitar acidentes naquele trecho.

Mas eu quero crer que essas fotos mandadas pelo vereador Masselai são das proximidades de Porto União. Entretanto, o grande problema está entre Passo da Galinha até a sede do município de Matos Costa. Segundo ele, é caótica a situação.

O que nós queremos é que o governo determine aos seus comandados que realmente usem das suas atribuições, porque não é de agora, não é problema de tempo para licitar ou coisa que o valha, isso vem ocorrendo há muito tempo. Não é possível que aquela comunidade continue nesse desespero.

O trecho de Matos Costa à BR-153, onde transitam as empresas de Santa Catarina

que vendem o seu material para as madeireiras, do Paraná, de General Carneiro e vice-versa, não têm mais como circular neste trecho por falta de manutenção.

Então, eu faço mais uma vez um apelo ao nosso governador, pois temos certeza de que ele não sabe desse problema, não conhece. Mas nós temos a nossa Regional. Onde está a Secretaria Regional para levantar os problemas e levar ao então secretário, que é o responsável e conhece muito bem o problema. Por que não se toma uma atitude?

Por isso, nós voltamos a esta tribuna, mais uma vez, solicitando o apoio dos srs. parlamentares para que possamos aprovar indicações no sentido de tomar providências, através dos órgãos competentes do governo, para solucionar esse problema com a maior brevidade possível, antes que ocorram acidentes novamente, como já têm ocorrido vários.

A orientação que nós estamos dando é que para cada acidente ocorrido seja feito um BO, e a Polícia faça os registros cabíveis para que possamos responsabilizar alguém, se realmente não forem tomadas as providências necessárias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra a presença do vereador de Irineópolis, Nelson Bendli Júnior.

Feito o registro, desejamos boas-vindas a este Parlamento.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB. Houve uma troca, deputado Nilson Gonçalves, com a deputada Angela Albino que ainda está ocupada com a instalação da CPI das Águas.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, nesses últimos dias tenho sido não sei se privilegiado ou aquinhoado com o meu nome, a minha foto estampada no jornal *Notícias do Dia*, numa sequência que até me causa estranheza em relação a gostos dos deputados da Assembleia.

A primeira matéria que li tem o título "Gastos sem limites. Na Assembleia custeio dos deputados em 2013 soma-se a R\$ 5,300 milhões." E em alguns itens liderei esse *ranking*, por essa razão fui questionado e a minha fotografia foi estampada no jornal de forma relevante por conta dos gastos de indenização em meu escritório em Joinville.

Pode causar estranheza para alguém os gastos que tenho no meu escritório em Joinville os quais estão pertinentemente dentro da lei, dentro da legalidade. Causar estranheza para quem não conhece o meu trabalho, para quem não conhece a minha equipe de trabalho no município de Joinville.

Agora em Joinville qualquer pessoa que descer na rodoviária, pegar um táxi e dizer que quer ir à Casa Amarela, não precisa dar endereço, pois sabe onde é a Casa Amarela. Os gastos que tenho na Casa Amarela são porque praticamente descentralizei todos os

trabalhos principais para o município de Joinville.

Em Joinville, a minha Casa Amarela é o meu escritório de trabalho que consome só de aluguel por mês quase R\$ 4 mil, e temos uma cota de aluguel por ano de R\$ 8 mil. Portanto, gasto a cota da Assembleia o limite, ou seja, R\$ 8 mil. Depois passo o resto do ano pagando do meu bolso o aluguel de meu escritório de trabalho em Joinville.

Em Joinville já há muitos anos tinha uma caminhãozinho que carregava móveis, utensílios domésticos doados para a população carente. Temos um enorme cadastro de doares e outro de pessoas que precisam. Tínhamos um carrinho, foi aumentando e hoje temos um caminhãozinho, da Kia.

Esse caminhão não foi comprado com o dinheiro da Assembleia, mas, sim, com o meu dinheiro. E esse caminhão roda o dia inteiro desde manhã até a noite e gasta diesel, despesa essa não da Assembleia, mas do meu bolso.

Há uma série de outras coisas que fazemos naquela casa que são objeto de doações de empresários que nos ajudam, de pessoas que voluntariamente vão lá. Temos um ateliê de costura em que senhoras voluntárias vão lá costurar, fazer roupa de bebê. E, quando há um volume grande de kits bebê, fazemos um curso para as gestantes, com médicos, dentistas, enfermeiras da maternidade para orientá-las.

Tenho um gasto enorme em correspondência, porque preciso comunicar essas pessoas. No ano passado fizemos cerca de 100 oficinas e beneficiamos centenas de pessoas de toda a região. Isso gerou um gasto grande em correspondência, não foi de graça. O que estava no limite de gastos da Casa eu gastei. O que ultrapassou o limite de gastos da Casa, eu tirei do meu bolso ou tive a colaboração de amigos. Não ultrapassei o limite, mas fui aquinhoadado, aqui, como sendo o deputado que mais indenizações teve no seu escritório regional. Quem sabe foi por que o meu escritório regional é o que mais tem atividades o ano inteiro.

Isso não acontece apenas em época de eleição. Estou com o escritório aberto e trabalhando desse jeito, srs. deputados, há 22 anos. Tive dois mandatos de vereador, estou no quarto mandato de deputado. Sempre trabalhei desse jeito. Abri o escritório e nunca mais fechei. Hoje, isso tomou uma dimensão muito grande e extrapolou o limite de gastos desta Casa, mas estou pagando com o que ganho apresentando programa de televisão, de rádio.

A minha esposa, que toca todo esse trabalho, não pode ser registrada na Assembleia porque seria nepotismo. Ela é registrada na Tribuna do Povo, ganha R\$ 3.000,00, mas trabalha para a Assembleia, trabalha para todos porque é ela quem dirige o escritório. É a pessoa em quem mais confio, que tem capacidade para tocar o escritório.

Então, quem é de Joinville sabe e conhece o porquê dos gastos. Não fiz nada de ilegal. No computo geral dos deputados, sou o 19º com mais gastos na Assembleia Legislativa. Agora, o que me causou estranheza foi ser um dos deputados mais ricos da região de Joinville. Sou mais rico que o senador Paulo

Bauer, que o senador Luis Henrique da Silveira! Fiquei impressionado. Mas quero deixar bem claro que se aparece assim, é porque exatamente tudo o que eu tenho está declarado, está no imposto de renda. Não tenho nada que seja meu no nome de alguém. Quem sabe por isso esteja aparecendo tão rico, com R\$ 800mil em propriedades. Isso foi resultado de uma vida toda de trabalho, não só como deputado, mas como apresentador de televisão, como advogado. Já fui apresentador de bingo em cima de caminhão, e ganhei muito dinheiro fazendo isso. Comprei uma cobertura na época em que apresentava bingo em cima de caminhão. E isso vai somando ao longo da sua vida. Tenho 63 anos. Quando se chega nessa idade, você traz consigo o fruto do trabalho de toda sua vida. Essa é a verdade, e não escondo de ninguém.

Hoje mais uma moça do jornal *Notícia do Dia* veio me procurar, novamente. Queria saber por que está com tanta falta de quórum a Casa. Eu disse: É para mim que está perguntando? Poderia perguntar para outro. Mas tudo bem, respondo: Só não precisa colocar uma fotografia enorme no jornal com a minha resposta. Eu respondo: Nós estamos tendo problema de falta de quórum na Casa por muitas razões, entre elas o fato de termos e estarmos em ano eleitoral, o que faz com que muitos deputados vão para as suas regiões. Também temos os deputados que acompanham o governador, o secretário de estado nas suas regiões, nos dias que tem plenário na Casa. Mas considero um ano atípico, principalmente por ser ano eleitoral e porque não tivemos a discussão de matérias de muita relevância. Então, muitos deputados avaliam que, entre estar cuidando do seu rebanho e estar aqui votando matéria de utilidade pública, prefere ficar cuidando do seu rebanho por aí. Mas a verdade é que temos a obrigação de estar aqui, em plenário, e assim temos feito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

A SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Gostaria de registrar a presença da vereadora Maria Aldair de Carvalho, de Porto União, bem como do seu assessor Luiz Vicente e também a presença do vereador de Irineópolis, conhecido como o Italiano. Era isso, sr. presidente.

A SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Está feito o registro, deputado.

Esta Presidência registra a presença de Helton Frena, Jairo Zanis, pertencentes ao CDL de Laurentino, também a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga, vereador Leandro Haizen, e do vereador Elcio Luiz Bonacolsi, do município de Laurentino.

Sejam todos bem-vindo!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, início esta manifestação no Horário dos Partidos agradecendo ao deputado Reno Caramori, assim como aos deputados Marcos Vieira, Dirceu Dresch, Edison Andrino, Moacir Sopesla, Carlos Chiodini, Renato Hinnig, todos que estiveram na abertura da instalação da nossa CPI.

Agradeço particularmente ao Sintaema, na pessoa da Janete, do João e do Paladino que estão aqui conosco desde o início dos debates. Agradeço a presença do Deco, grande liderança da Palhoça, que nos vai ajudar a entender melhor a questão, já que a CPI envolve o município de Palhoça.

Queremos contar com a parceria do Tribunal de Contas do Estado para nos fornecer os documentos que já estão encaminhados sobre o ocorrido em Palhoça, e a partir daí construirmos o cronograma da nossa CPI, de todos os procedimentos necessários.

Convido todos os deputados para fazerem parte da CPI sempre que assim desejarem. Reafirmo isso para dizer que o verão enfrentado por Santa Catarina este ano nos exigiu a retomada de um procedimento muito simples, mas que é de muita eficácia pelo menos nos últimos 20 anos, que reunimos o *trade* turístico, Casan, Celesc e Polícias de Santa Catarina, para discutirmos com quem faz o turismo, com quem vai ter a sobrecarga estrutural com o turismo em Santa Catarina, ações comuns para a época de turismo.

Não é possível mais que invistamos no estado como o que se apresenta como turístico e vemos ao final a oneração aos turistas com uma infraestrutura inadequada para recebê-los.

Temos feito propagandas caras inclusive do estado de Santa Catarina, e isso não acompanha a devida infraestrutura necessária para o desenvolvimento do turismo. E no campo do desenvolvimento desse setor quero compartilhar com vocês a preocupação que tenho da inércia do nosso estado acerca do grande momento que o país vai viver, que são as Olimpíadas.

Quanto à Copa do Mundo, está tudo definido, bastante encaminhado, mas temos uma oportunidade extraordinária com as Olimpíadas que embora aconteçam apenas no Rio de Janeiro teremos centenas de atletas espalhados pelo Brasil todo para fazer aclimatação, treinos, antes de estarem propriamente nas Olimpíadas.

É uma oportunidade para nós melhor inclusive do que a Copa do Mundo. E não deixei de rir quando vi que o governo do estado gastou R\$ 3,9 milhões, sem licitação, para um evento de alguns dias no Costão do Santinho, enquanto vários de seus integrantes assomam à tribuna para deitar o cabelo sobre a Copa do Mundo e dizer que é uma barbaridade, que é dinheiro que está sendo gasto. Mas é engraçado que esses mesmos parlamentares que criticam a Copa do Mundo, quando é o governo do estado que recebe um pequeno evento, um congresso de técnicos, o silêncio é total.

Quero dizer que acredito nos grandes eventos como uma oportunidade extraordinária de darmos visibilidade ao país, aos estados e aos nossos municípios também.

O deputado Edison Andrino, que já foi prefeito aqui em Florianópolis, sabe o valor que tem um evento para dar maior visibilidade para o nosso município, estado e país. No campo do esporte a minha expectativa é de que a Copa do Mundo e as Olimpíadas tragam uma herança geracional. O estado de Santa Catarina produz atletas extraordinários e temos federações que se dedicam com bravura ao desenvolvimento do esporte, mas não temos uma política estadual de esporte, embora os milhões que tem aquela secretaria, através do seu fundo, o próprio Tribunal de Contas já disse como eles são distribuídos.

Portanto, não nos falta dinheiro e oportunidade para termos uma política estadual de cultura e de esporte, o que nos falta é pensar sobre esse assunto com quem faz esporte e cultura em nosso estado para que de fato possamos ter uma política que se converta em política de estado, não apenas num governo mercantilista como temos visto aqui no nosso estado.

Dessa forma saúdo a instalação da nossa CPI e torço para que ela dê grandes frutos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Convoco mais uma vez os srs. parlamentares para que se façam presentes no plenário a fim de que possamos deliberar os vetos que estão pendentes ao longo de várias sessões.

Solicito aos srs. deputados presentes que registrem suas presenças novamente no painel para que possamos conferir se há quórum para deliberação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença da vereadora do município de Canoinhas, sra. Cristiane, que se encontra nesta Casa para trazer reivindicações de seu município.

Seja muito bem-vinda!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Seja bem-vinda, vereadora Cristiane.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1158/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0004/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que estabelece a Política Estadual para compras governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária - Compra Coletiva/SC.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu tenho debatido muito este tema pelo estado afora com as pequenas agroindústrias familiares da agricultura familiar.

Agradecemos o empenho do líder do governo, deputado Aldo Schneider, junto à equipe da Fazenda. Gostaria de dizer que o governador fez um decreto isentando o ICMS das pequenas agroindústrias familiares que produzem até R\$ 20.000,00 nos produtos entregues para o Programa de Alimentos e também à alimentação escolar.

E aqui temos outra política para este setor que são especialmente as pequenas agroindústrias. Quando o estado compra alimentos e outros produtos que dizem respeito aos nossos agricultores, ou quando o estado faz uma licitação, temos muitas entidades, grupo de mulheres, que fazem artesanatos, equipamentos, que podem servir para escolas ou para outros órgãos públicos.

Deputado Reno Caramori, propomos que o estado priorize, numa licitação, esses setores, seja da agricultura familiar ou das organizações de economia solidária no estado.

Estranhamos bastante o fato de o governo vetar um projeto como esse, porque o estado já compra igual, já faz a licitação, ele teria que, simplesmente, dar prioridade a essas unidades da agricultura familiar e da economia solidária. Esse projeto é muito parecido ou idêntico à lei que esta Casa aprovou com as compras governamentais das micro e pequenas empresas, que também têm uma política nacional, hoje, implantada no Brasil. Quando o governo faz uma licitação ele coloca a prioridade para as micro e pequenas empresas e, neste caso, colocaria uma das ações prioritárias à economia da agricultura familiar ou economia solidária.

Então, pedimos aos srs. deputados para derrubarmos este veto, porque não justifica a manutenção de um veto que pode beneficiar dois setores importantes do estado: a agricultura familiar e a economia solidária.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu gostaria de ratificar as palavras do deputado Dirceu Dresch, principalmente no que tange toda uma negociação que fizemos junto à secretaria de estado da Fazenda para a isenção em até R\$ 20.000,00 por ano de vendas de produtos coloniais.

Esse foi todo um trabalho que nasceu dentro na bancada PT, através de uma ideia do deputado Dirceu Dresch, e nós, ao invés de derrubarmos o veto, procedamos a sua retirada de pauta construímos uma negociação juntamente com a secretaria da Fazenda, que baixou um decreto naquele momento, atendendo àquela solicitação.

Com referência a este projeto que ora estamos discutindo, é diferente daquilo que já conseguimos atender, até porque o projeto fala em empresa.

Então, o governo vetou totalmente por inconstitucionalidade à medida que gera várias atribuições ao Poder Executivo, fere a Constituição Estadual no art. n. 32, da separação dos poderes, no art. n. 71, inciso IV, e nós, neste momento, orientamos a bancada pela manutenção do veto.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores gostaria de dizer que o nosso deputado Dirceu Dresch já fez a defesa pela derrubada do veto, mas queremos reforçar a importância de termos estabelecido em Santa Catarina a Política Estadual para compras governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária. Quero dizer que esse projeto na verdade não cria encargos, mas estabelece uma política geral com relação à agricultura familiar. Portanto, encaminhamos pela derrubada do veto do governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação se dará pelo painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se a votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim

DEPUTADO SANDRO SILVA sim
 DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES não
 DEPUTADO SERAFIM VENZON
 DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
 DEPUTADO VALMIR COMIN sim
 DEPUTADO VOLNEI MORASTONI
 Está encerrada a votação.
 Colho o resultado.
 Votaram 30 deputados.
 Temos 21 votos "sim" e 9 votos "não".

Está mantido o veto.
 O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Embora a votação tenha sido encerrada, gostaria de dizer, apenas aproveitando o tempo, que teria que ter a consciência de votar pela derrubada do veto desse projeto do deputado Dirceu Dresch, mas não o fiz porque precisamos mudar alguns conceitos de poder entre o Legislativo e o Executivo. E quando se aplica a inconstitucionalidade num projeto como esse preciso concordar que algo está errado, mas ao mesmo tempo, quando avalio, deputado Kennedy Nunes, a importância do projeto, vejo que o nosso Poder Legislativo, às vezes, fica abaixo daquilo que nós pensaríamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Discussão e votação da Mensagem n. 1183/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0133/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais às crianças menores de sete anos, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, o deputado Jailson Lima, neste momento está em outra atividade, e, tradicionalmente, quando há uma matéria relacionada a um deputado que não se encontra no plenário, tem-se retirado a matéria de pauta. Eu solicito retirar a matéria de pauta ou remeter para o final da pauta.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu sugiro que esse veto fique para análise no final da pauta, até porque nesse ínterim, com certeza, o deputado Jailson Lima estará presente no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Srs. deputados, para passar a

matéria para o final da pauta não é necessário consultar os líderes.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1184/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0257/2012, de autoria da deputada do deputado Antônio Aguiar, que institui a Campanha Estadual Todos Somos Pedestres - Respeite a sua própria preferência, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, gostaria de fazer o mesmo encaminhamento do veto anterior, uma vez que não vejo o deputado Antônio Aguiar, autor da matéria, no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O pedido de v.exa. será atendido.

Solicito aos srs. parlamentares que não se ausentem do plenário, porque já foi difícil conseguir quorum no dia de hoje.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1185/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0039/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que assegura oferta de alimentação saudável e adequada aos beneficiários da alimentação fornecida pelo estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, peço a compreensão dos srs. parlamentares desta Casa para a derrubada do veto, haja vista que a matéria não trás nenhum ônus para o governo do estado, apenas adequar e garante uma alimentação saudável para nossas crianças, adolescentes, enfim todos os enfermos. Visitei alguns hospitais do estado e verifiquei a qualidade da alimentação que não é tão adequada e necessária para os pacientes internados.

Então, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, queremos apenas assegurar uma oferta de alimentação saudável para quem utiliza a alimentação fornecida pelo governo do estado de Santa Catarina.

Peço aos srs. deputados e deputadas que façam a derrubada do veto do governador.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, entendemos ser extremamente meritória a proposição da deputada Ana Paula Lima, mas temos que analisar a legalidade das propostas.

Na condição de líder do governo e por orientação também da Casa Civil, sugerimos à bancada de apoio que mantenha o veto por invadir competência do Executivo, pois cria uma série de atribuições ao governo que ainda deverá regulamentar a lei. Portanto, sugerimos a manutenção do veto.

Sugerimos também à deputada Ana Paula Lima que converta o projeto em uma indicação endereçada à secretaria de estado da Saúde para que se faça um trabalho em nível de secretaria de estado, para ai, sim, seja implantada essa brilhante ideia.

Peço a manutenção do veto.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sinceramente tento me segurar nestes momentos, mas algo mais forte me faz vir a este microfone para falar.

Ouvi v.exa., deputado Moacir Sopelsa, e para este deputado que é um amante do Legislativo, acho uma afronta do Executivo para nós. Votar veto de projeto de autoria de parlamentar é um acinte a este Parlamento. E digo isso porque todos os nossos projetos vetados que estamos votando ai, passaram pela comissão de Constituição e Justiça e foram aprovados. Muitos deputados que aprovaram lá na CCJ, aprovaram aqui no plenário e agora estão tendo que engolir em seco o parecer de um jurídico do governo que entende, porque no direito é assim, dependendo do ponto de vista que se vê tanto pode fazer para cá ou para lá, e entendeu que estaremos adentrando nas competências do estado.

O que tem a ver um projeto de lei que prioriza a compra de produtos dos agricultores?

Qual é o erro que tem esse projeto que nós estamos votando e que vai garantir a qualidade da alimentação das pessoas que estão nos hospitais? Aí o governo vem e diz: não quero. E a gente vai abaixar a cabeça, dizendo sim senhor, sim senhor? Comigo não!

Quero deixar esse registro, porque isso para mim é uma afronta, não contra o governador, porque o governador não tem nada a ver com isso.

Eu já disse aqui, lá na Casa Civil e na Procuradoria-Geral do Estado, que há alguns profissionais da área do Direito se considerando acima dos legisladores! Quem é que tem voto aqui? Quem é que levou voto da comunidade para chegar aqui. Quem é o

legítimo representante da sociedade catarinense neste estado? Somos nós.

Não é advogado de Procuradoria, de Casa Civil, que vai estar acima da nossa representatividade aqui. Eu falo isso para que nós possamos verificar. Agora, o que eu penso, deputado Padre Pedro Balsissera? Eu penso o seguinte: vamos derrubar os vetos e deixar para a Justiça dizer se é inconstitucional ou não.

Mas nós, engolir o que produzimos? É uma falta de vergonha desta Casa. Temos que respeitar a posição do governo, e sei que vai dar um monte de problema, não tem importância. Sou do partido do governo, sou da base governista, mas eu tenho um compromisso maior do que um compromisso partidário do governo, eu tenho um compromisso com as pessoas que votaram em mim, e não posso, de forma nenhuma, ver o Parlamento se dobrar para algo que passou nas comissões técnicas, em todas as comissões responsáveis, que passou pela aprovação do Plenário e, agora, por conta de um parecer jurídico - que eu já provei aqui que eles erram -, vamos dizer sim senhor para aquilo que já havíamos aprovado antes.

Por isso eu quero deixar o meu registro, sr. presidente, de um parlamentar afogado neste processo de veto do governo por questões de ponto de vista da área do Direito, e digo, de antemão, que vou votar contra a todos os vetos. Já fazia isso quando era voto secreto, agora tenho o maior orgulho de dizer que eu voto contra. Por quê? Porque eu sou um parlamentarista, defendo o Parlamento e aquilo que produzimos aqui.

Desculpem o desabafo.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Nós temos, aqui nesta Casa, cuidado muito nos projetos que temos apresentado. Eu estudei muito aquele projeto anterior, cujo veto foi votado aqui, para não entrar justamente nesta polêmica da inconstitucionalidade.

Cuidamos muito, deputado Moacir Sopelsa, e estamos legislando aqui para melhorar a vida do povo catarinense e o estado é o grande propulsor. Em vez de comprar de uma grande empresa, de um grande grupo econômico, por que não comprar da pequena? Não tem custo nenhum!

Nós cuidamos muito disso. Tem que ter um cuidado da equipe técnica do governo para olhar bem isso. Nós concordamos que há projetos que são claramente inconstitucionais e às vezes passam aqui, isso é verdade. Pode até passar aqui.

Agora, nós temos tido uma preocupação muito grande para não apresentar projetos que possam ser visivelmente inconstitucionais.

E quando passam nas comissões, são avaliados, têm parecer das equipes jurídicas das secretarias favoráveis aos projetos. Depois, chega lá na Casa Civil e é vetado.

Muito obrigado!

O Sr. deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, demais colegas, eu fiquei entusiasmado para falar ouvindo a manifestação do deputado Kennedy Nunes, dizendo que concordo plenamente com ele, e que salvo raríssimas exceções, nesses sete anos e um mês de mandato neste Poder, sempre votamos contra os vetos, justamente por esta compreensão. Eu acho que a Assembleia Legislativa às vezes erra, nós erramos, e eu mesmo já fiz autocrítica de votos errados. Mas não é possível que nós sempre tenhamos errado.

Todo ano, todo mês, cometemos uma pá de erros, e é isso que produz o desencanto de alguns de nós com este Parlamento, com a política institucional como um todo, mas produz também o desencanto da população com relação à política.

Porque quando entramos no processo eleitoral, assumimos compromisso com determinadas bandeiras. e há a iniciativa do Executivo.

Então, um deputado, uma bancada, todos os deputados aprovam um projeto que é vetado por sugestão de um técnico que às vezes é o oitavo escalão na linha de governo, sem demérito aos técnicos, mas outro técnico com certeza, como v.exa. bem falou, poderia ter tomado outra decisão, aí a Assembleia nesses sete anos e um mês tem reiterado quase que de forma total a posição que vem do governo pelo veto contrariando a decisão de meses antes do Poder Legislativo.

Então a população não pode ficar entusiasmada conosco! Se ela se entusiasma ali na frente, desentusiasma-se, desencanta-se, porque tudo que se fala, que se promete, que se assume o compromisso lá na frente acaba sendo rejeitado por nós mesmos. Isso é uma triste realidade, infelizmente, da forma como está organizada a república, os poderes no nosso país.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, srs. deputados parece necessária algumas considerações até porque o deputado Kennedy Nunes coloca a sua posição que é absolutamente respeitável, mas temos, acima de tudo, pensar sobre ela.

No entanto, é claro a todos que é função do governador a sanção das leis, a nós cabe produzi-las após nossos trâmites, mas cabe ao governador a sanção e, para tanto, deve haver segurança jurídica. Quando o governador veta um projeto e manda para cá não é diferente de quando, por exemplo, a presidente Dilma Rousseff quando faz os vetos numa série de matérias no Congresso Nacional.

Isso não é uma postura de governo de Oposição, mas uma responsabilidade, porque a função do veto é do governador e ele

apenas o faz com base num parecer jurídico, pois ele não é advogado. E é sabido também que muitos projetos que são aprovados nesta Casa, e é natural que seja assim por força da pressão popular, pois esta é a Casa do Povo, suscitam movimentos que muitas vezes são enviados pelo próprio governo corrigindo questões constitucionais.

Na minha visão o debate aqui não é contra o governo que veta ou contra os deputados que aprovam ou rejeitam projetos nas comissões, o que temos que mudar é a nossa Constituição Federal que tirou de forma cruel as prerrogativas das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores concentrando o poder na Câmara Federal e no Senado.

Essa é a questão, esse é o ponto, porque podemos ter um ou dois projetos aprovados aqui, sancionado e que sejam questionados na Justiça e que sejam declaradas inconstitucionais. Agora, não pode ser a maioria, porque alguma coisa está errada, e para tanto há que ter, sim, o peso da sanção do governo ou não, e podemos aqui avaliar as que valem a pena correr o risco de ser aprovada ou não uma inconstitucionalidade.

Por isso, acredito que os papéis estão muito claros, o governo faz a sua parte. E também não é verdade que todos os vetos são mantidos. Derrubamos muitos vetos aqui, como em nível federal também foram derrubados alguns, até porque lá nem se vota. Há vetos de projetos federais que estão há dez anos na gaveta sem ser votados. Aqui não, votamos os vetos.

Por isso, faço essa correção para dizer que na maioria das vezes acompanho o que vem encaminhado pelo governo, também já votei pela derrubada do veto. Agora, não há nenhum problema em votarmos aqui no plenário de uma forma e depois, com base em uma discussão feita juridicamente de adequação à legislação federal, mudarmos a posição. Apenas para deixar claro isso com todo respeito ao posicionamento do deputado Kennedy Nunes.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, a sra. deputada Ana Paula Lima, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, parece que já há lá no computador do governo uma folhinha já pronta dizendo: inconstitucional, inconstitucional, inconstitucional. Não há nenhuma análise.

O que traz de despesa para o governo? Não há nenhuma despesa diferente para o governo além daquela que ele já teria que fazer.

Entendi o posicionamento do deputado Kennedy Nunes porque fizemos um debate amplo na comissão de Constituição e Justiça, nas comissões de mérito, e todos os deputados concordaram, mas agora não vão concordar porque veio um veto do governo para cá? Esse é o meu posicionamento e peço a derrubada do veto, porque não há nenhuma despesa para o Executivo.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o líder do governo, deputado Aldo Schneider.

O DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Diante do debate que suscitou essa matéria, cabe-me aqui ressaltar alguns fatos.

Primeiramente, concordo em parte com a manifestação do deputado Kennedy Nunes, até porque muitos dos técnicos que lá estão não têm a sensibilidade popular e política que temos.

Mas na condição de líder do governo, estamos falando em derrubada de veto respaldado pelo parecer da Procuradoria-Geral do Estado. Então, cabe orientar à bancada de apoio do governo pela manutenção do veto em função do que a PGE orientou o sr. governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 18 votos "sim", 9 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1186/2013, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0027/2011, de autoria do deputado Manoel Mota, que acrescenta os arts. 4º-A e 4º-B e dá nova redação ao art. 10 da Lei n. 10.501, de 1997, que dispõe sobre normas de segurança para o funcionamento de estabelecimentos financeiros e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, essa é outra das minhas indignações. O deputado Manoel Mota, na verdade, está querendo com essas modificações dar um pouco mais de garantia para quem usa as agências bancárias e que está sofrendo com aquele tipo de crime da saidinha do banco. O que o deputado está querendo fazer é resguardar o cidadão que está dentro do banco privado ou público, de pessoas que se utilizam do telefone celular dentro da agência bancária para avisar o bandido lá fora que tal pessoa tirou dinheiro.

E aí o governo vem dizer que nós não podemos fazer isso? Que o deputado não pode fazer isso? Que isso não nosso papel? Fazer a garantir do cidadão dentro da agência bancária. Qual o nosso papel, deputados? É legislar. É criar leis. E agora como é que vem um veto parcial dessa questão. Por isso, mais uma vez, venho aqui para dizer da minha indignação de ter um projeto tão importante como esse, que garante a segurança do cidadão nos bancos, vetado. O deputado Manoel Mota, com certeza, vai falar muito melhor do que eu sobre esse projeto.

Então, derrubamos o veto ou vamos deixar o cidadão a mercê do crime da saidinha do banco.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, por que me preocupei em fazer esse projeto? Porque os ladrões, os bandidos estão dentro dos bancos com o celular e avisam aos outros lá de fora quando os velinhos, principalmente, vão sacar o seu dinheiro. Há uma pressão das entidades financeiras, porque esse projeto não tem razão de ser vetado. Queremos apenas a segurança da população. O meu projeto é para dar segurança à população de Santa Catarina, não há outro objetivo. Então, quero pedir a derrubada do veto, porque também sofri muita pressão das entidades financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. presidente peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero deixar os deputados da minha bancada bem à vontade para decidir. Essa não é uma questão política, portanto, a bancada está liberada.

Eu gostaria de fazer duas ponderações. Primeiramente, que ontem discutimos na comissão de Constituição e Justiça sobre o uso de celular em sala de aula e há uma lei estadual que proíbe o seu uso. Aqui nós estamos tratando de uma lei, deputado Manoel Mota, que v.exa. fez e tem todos os méritos, pois existe esse aspecto da segurança, que é importante e fundamental. Mas é importante sabermos, antes de votar, que a lei está extremamente abrangente. Ela fala em proibição de atendimento em qualquer compartimento em que operem caixas de atendimento ao público, que, inclusive, pode ser numa loja. E depois a lei complementa e diz: "[...] e no interior das agências". Mas antes disso, fala em qualquer local que tenha caixa de atendimento ao público. Eu queria dizer isso porque acho que é uma lei muito abrangente. Hoje o celular é um instrumento de trabalho das pessoas e parece-me que essa lei está muito abrangente.

A bancada está liberada para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu entendo perfeitamente a manifestação do deputado Manoel Mota, proponente desse projeto de lei, mas nós temos que deixar aqui registrado nos anais da Casa, principalmente, para a sociedade catarinense, que o veto proposto pelo sr. governador é pautado pela legislação federal e pelas leis no âmbito nacional que regem essa questão do sistema financeiro nacional. Então, na prática, não é um desejo do governo, do governador, em vetar a lei. Nós temos uma regra nacional onde já está incluso o que pode e o que não pode ser feito junto às agências bancárias.

Quero orientar a nossa base pela manutenção do veto, número um, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim
 DEPUTADA ANA PAULA LIMA
 DEPUTADA ANGELA ALBINO sim
 DEPUTADO ANTONIO AGUIAR sim
 DEPUTADO CARLOS CHIODINI
 DEPUTADO CIRO ROZA sim
 DEPUTADO DADO CHEREM
 DEPUTADO DARCI DE MATOS
 DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim
 DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
 DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI
 DEPUTADO EDISON ANDRINO
 DEPUTADO GELSON MERISIO
 DEPUTADO GILMAR KNAESEL
 DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim
 DEPUTADO JAILSON LIMA
 DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim
 DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
 DEPUTADO JORGE TEIXEIRA
 DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim
 DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI
 DEPUTADO KENNEDY NUNES não
 DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI não
 DEPUTADO MANOEL MOTA não
 DEPUTADO MARCOS VIEIRA
 DEPUTADO MAURO DE NADAL sim
 DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim
 DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
 DEPUTADO NEODI SARETTA sim
 DEPUTADO NILSON GONÇALVES não
 DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA
 DEPUTADO RENATO HINNIG sim
 DEPUTADO RENO CARAMORI
 DEPUTADO ROMILDO TITON
 DEPUTADO SANDRO SILVA sim
 DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES não
 DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
 DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
 DEPUTADO VALMIR COMIN sim
 DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Votaram 23 srs. deputados.

Colho o resultado.

Está encerrada a votação.

Temos 18 votos "sim" e 5 votos "não".

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, queria registrar a presença, neste Parlamento, do prefeito municipal da cidade de Imbuía, nossa cidade natal, sr. Antônio Oscar Laurindo; e do vice-prefeito, João Schwambach, acompanhados do secretário municipal de Esportes, da coligação PP/PMDB, que já é quase por toda Santa Catarina, e parece que irá consolidar neste ano de 2014 por toda Santa Catarina esse processo.

Então, é uma satisfação registrar a presença deles aqui a trabalho em nome da nossa cidade natal, eles que, além de serem do nosso partido são nossos amigos de infância e juventude.

Sejam bem-vindos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Feito o registro pelo deputado

Sargento Amauri Soares. Agora, com a presença do autor do projeto, deputado Antônio Aguiar, retomamos a pauta.

Discussão e votação da Mensagem n. 1184/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei 0257/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui a campanha estadual Todos Somos Pedestres - Respeite sua própria preferência, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Sr. presidente, peço a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente e srs. deputados, essa é uma lei que cria a oportunidade de ajudarmos os pedestres, as pessoas que precisam de cuidados, principalmente, para atravessar uma faixa.

Quem respeita a faixa de pedestre em Santa Catarina hoje? Poucas pessoas respeitam.

Peço aos srs. parlamentares que façamos a derrubada, até pela nossa consciência, porque essa lei não cria nenhum empecilho jurídico e vai ajudar a nossa população, a nossa comunidade.

Portanto, pedimos o voto "não", número dois.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, diante da manifestação do nosso eminente deputado Antônio Aguiar, sugiro antes de dar o encaminhamento por parte do Executivo, que ele transforme esse projeto em indicação para tentarmos fazer um trabalho e, juntamente com o Detran, com a secretaria de Segurança Pública e de Educação, aproveitar essa bela ideia.

Mas, neste momento, infelizmente, tenho que orientar a bancada pelo veto total por invadir competência do Executivo, pois cria uma série de atribuições como palestras, campanhas, propagandas e o veto é obviamente pelas despesas que gera essa sua proposição.

Mas tenho que deixar claro de que essa é uma bela ideia e temos que aproveitá-la juntamente com os órgãos governamentais para trazer para Santa Catarina essa sua bela contribuição.

Voto um, pela manutenção do veto, sr. presidente.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Aldo Schneider, conhecendo v.exa. como conheço, peço a liberação da bancada para a votação para que v.exa. não fique constrangido. A liberação da bancada é uma ponderação justa deste deputado ao nosso líder que, espera ser atendido.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Eu gostaria de informar a v.exa. que essa prerrogativa de liberar a bancada é do líder da bancada do PMDB. Eu sou líder do governo. E como líder do governo tenho que manter aquilo que...

Quero dizer que as bancadas do governo não estão liberadas.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Apenas, presidente, para responder ao deputado Aldo Schneider que ele precisa liberar as bancadas de apoio ao governo, porque não basta que a bancada do PMDB seja liberada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim", aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim
 DEPUTADA ANA PAULA LIMA não
 DEPUTADA ANGELA ALBINO não
 DEPUTADO ANTONIO AGUIAR não
 DEPUTADO CARLOS CHIODINI
 DEPUTADO CIRO ROZA sim
 DEPUTADO DADO CHEREM
 DEPUTADO DARCI DE MATOS
 DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim
 DEPUTADO DIRCEU DRESCH não
 DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI
 DEPUTADO EDISON ANDRINO
 DEPUTADO GELSON MERISIO
 DEPUTADO GILMAR KNAESEL
 DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim
 DEPUTADO JAILSON LIMA
 DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim
 DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
 DEPUTADO JORGE TEIXEIRA
 DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim
 DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI
 DEPUTADO KENNEDY NUNES não
 DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI não
 DEPUTADO MANOEL MOTA não
 DEPUTADO MARCOS VIEIRA
 DEPUTADO MAURO DE NADAL não
 DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim
 DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
 DEPUTADO NEODI SARETTA não
 DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
 DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA
 DEPUTADO RENATO HINNIG não
 DEPUTADO RENO CARAMORI
 DEPUTADO ROMILDO TITON
 DEPUTADO SANDRO SILVA sim
 DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES não
 DEPUTADO SERAFIM VENZON não
 DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
 DEPUTADO VALMIR COMIN sim
 DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.	DEPUTADO CARLOS CHIODINI		DEPUTADO DADO CHEREM	
Colho o resultado	DEPUTADO CIRO ROZA	sim	DEPUTADO DARCI DE MATOS	
Temos 12 votos "sim" e 12 votos "não".	DEPUTADO DADO CHEREM		DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
Está mantido o veto.	DEPUTADO DARCI DE MATOS		DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
Consulta a bancada do PT.	DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim	DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
A deputada Ana Paula Lima havia pedido para segurar o veto que se refere ao projeto do deputado Jailson Lima.	DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	DEPUTADO EDISON ANDRINO	
Podemos colocar em pauta?	DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI		DEPUTADO GELSON MERISIO	
O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO EDISON ANDRINO		DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.	DEPUTADO GELSON MERISIO		DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, peça a v.exa. que, se possível, deixemos esse veto para ser apreciado juntamente com os demais que serão votados nas próximas sessões, até para o melhor encaminhamento dessa matéria.	DEPUTADO GILMAR KNAESEL		DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a concordância dos líderes.	DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO JAILSON LIMA	sim	DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO JOARES PONTICELLI		DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	DEPUTADO JORGE TEIXEIRA		DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI		DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	DEPUTADO MARCOS VIEIRA		DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		DEPUTADO RENO CARAMORI	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO RENATO HINNIG	sim	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	DEPUTADO RENO CARAMORI		DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	DEPUTADO SANDRO SILVA	sim	DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	Está encerrada a votação.	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO VOLNEI MORASTONI		Colho o resultado.	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	Está encerrada a votação.		Temos 25 votos "sim" e nenhum voto "não".	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	Colho o resultado.		Votaram 25 srs. deputados.	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	Temos 24 votos "sim" e 1 abstenção.		Temos 25 votos "sim" e nenhum voto "não".	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	Aprovado.		Aprovado.	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0025/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a Lei Complementar n. 422, de 2008, que institui o Programa de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.		Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0028/2014, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 2.627, de 1960, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Hospital Beatriz Ramos, de Indaial.	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	Ao presente projeto foi apensado o Projeto de Lei Complementar n. 0023/2012.		Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.		Em discussão.	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.		(Pausa)	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	Em discussão.		Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	(Pausa)		Em votação.	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.		Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	Em votação.		Aprovado.	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	A votação será no painel eletrônico.		Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0580/2013, de autoria do deputado Gelson Merisio, que altera a Lei n. 7.611, de 1989, que declara de utilidade pública a Orionópolis Catarinense, de Florianópolis.	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.		Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)		Em discussão.	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim	(Pausa)	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim	Em votação.	
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim	Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.	
O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO CARLOS CHIODINI			
O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.	DEPUTADO CIRO ROZA	sim		

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0065/2014, de autoria do deputado Reno Caramori; 0066/2014, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0067/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0068/2014, de autoria de deputado Dirceu Dresch.

Comunica, ainda, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0086/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0087/2014, de autoria do deputado Reno Caramori; 0088/2014, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0089/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0090/2014, 0091/2014, 0092/2014, 0093/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0096/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0097/2014, 0098/2014, 0100/2014, 0101/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0099/2014, de autoria do deputado Renato Hinnig.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário os seguintes requerimentos.

Requerimento n. 0094/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem ao presidente do BRDE, pedindo informações referentes aos investimentos do banco para apoiar o setor público municipal no tocante à modernização tributária.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0095/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem ao superintendente regional do DNIT, pedindo informações acerca do processo licitatório de duplicação da Rodovia SC-280.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0007/2014, de autoria do deputado Romildo Titon, a ser enviada ao comando da 3ª Companhia do 26º Batalhão da Polícia Militar do município de Campos Novos, manifestando aplausos pelo ato de bravura do soldado Arlan Francisco Deon, que em atendimento a ocorrência de tentativa de homicídio, realizou procedimentos de reanimação cardiopulmonar na vítima que se encontrava sem sinais vitais, conseguindo reanimá-la.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0008/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao presidente do Senado, à Câmara dos Deputados, à comissão de Constituição e Justiça, à comissão Especial e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense do Congresso Nacional, apelando por urgência na aprovação do Projeto de Lei Complementar n. 0237/2012.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0014/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao presidente da Fatma, solicitando informações referentes à emissão do Estudo e Relatório Impacto Ambiental e a fiscalização dos aterros sanitários e industriais no município de Rio Negrinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Srs. deputados, encontra-se sobre a mesa o Requerimento n. 0146/2014, de autoria do deputado Renato Hinnig e outros, solicitando a suspensão da sessão, por dez minutos após a Ordem do Dia para ouvirmos representantes da comissão da Festa da Feijoada da Serra.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - (Faz soar a campainha!) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH -

Sr. presidente, deputado Romildo Titon, gostaria de dizer que mais tarde teremos uma reunião para conversar sobre o Programa Sustentar, este grande evento que esta Casa já realizou por muitos anos e que temos a expectativa de realizar este ano novamente para debatermos assunto como energias renováveis e consumo responsável, neste nosso estado e também no Brasil.

Quero aqui hoje fazer dois apelos: um para o DNIT e outro para a secretaria da Agricultura do Estado. Para que coloquem algumas questões centrais que para nós são importantíssimas.

Queremos parabenizar toda a direção e a nossa diretora do Instituto Federal por mais

uma conquista importante para o nosso querido oeste catarinense, para o município de São Lourenço do Oeste, que não tinha ainda a presença do referido instituto.

A instalação foi anunciada na segunda-feira, numa reunião, da qual eu não pude estar presente, mas a minha equipe de assessores estava.

E há uma perspectiva de implementação muito rápida dos cursos naquela região, esse foi o encaminhamento dado ao prefeito Geraldino Cardoso e toda sua equipe da administração, assim como à associação de municípios e de vereadores da região, para já neste segundo semestre, tenhamos os cursos iniciando naquele município.

Essa era uma das grandes reivindicações da região. Para se ter uma ideia, os trabalhadores, as trabalhadoras e as pessoas de São Lourenço do Oeste tinham que se deslocar a Chapecó, a São Miguel do Oeste ou a Xanxerê, 100km de distância.

Quero iniciar aqui, falando sobre os meus apelos, sobre as minhas preocupações, primeiramente, pelo DNIT, especialmente no município de Xanxerê, mas atinge todo o nosso oeste catarinense e a população que passa na Rodovia-282, porque cada dia é maior o volume de carros e caminhões trafegando naquela rodovia.

Nós já estamos há muito tempo com aquela rodovia parada. Tivemos um problema seriíssimo com uma empresa que falhou, alegando que não deu conta daquela obra, e está lá um viaduto abandonado. Há um desvio cheio de buracos, inclusive, oferecendo um grande perigo de acidentes porque coloca em risco a passagem de caminhões e carros naquela rodovia.

Então, precisamos urgentemente de uma ação nesse sentido, e não queremos acreditar, mas temos informações de que não há recurso imediato liberado para aquela rodovia.

Estivemos na última sexta-feira em São Domingos com o vereador Adriano, do Partido dos Trabalhadores, de Xanxerê, juntamente com outros vereadores entregando um documento para a secretária executiva do Ministério do Planejamento, sra. Eva Maria, que é catarinense. Entregamos o documento cobrando também a ação do Ministério e agilidade do governo federal. E vamos até o Ministério dos Transportes, nos próximos dias, para cobrar essa obra.

Já tivemos uma ação da Câmara de Vereadores e nos próximos dias ocorrerão outros atos da população, inclusive com a possibilidade de se fechar aquela BR para reclamar da situação. É claro que 90% da rodovia já está pronta, mas tem um pequeno trajeto que precisa urgentemente de investimentos para a recuperação da obra.

Nós aqui queremos chamar a atenção do João José, superintendente estadual do DNIT, que tem se empenhado nas rodovias estaduais de santa Catarina, mas precisamos de mais esse encaminhamento. Vamos tratar isso junto ao governo federal. Trata-se de um grande desafio para o oeste, pois a população catarinense corre risco de vida quando passa por aquele trecho da BR-282.

Uma segunda questão que abordo é com relação à cobrança do governo do estado no programa de cisternas para os agricultores. Houve todo o empenho desta casa para aprovar recursos do BNDES para essa região do oeste que precisa socorro na armazenagem de água.

Fizemos audiências públicas na região de Xanxerê, Chapecó e Videira, discutindo o programa, e agora estamos aí com a demora da liberação dos recursos.

Há poucos dias cobramos do secretário, e saiu na imprensa que o problema estava no BNDES. Conversamos com a equipe técnica e todos os diretores do BNDES e, segundo palavras da equipe diretora, que tem um bom diálogo com Santa Catarina e que esteve várias vezes aqui discutindo a liberação de recursos para Santa Catarina, temos cerca de R\$ 3,6 bilhões sendo liberados para este estado. Há vários projetos em andamento e, metade desse valor, segundo o BNDES, está praticamente liberado para Santa Catarina.

Agora, o que o estado precisa para liberar esses R\$ 60 milhões para os agricultores? Apenas apresentar o decreto da criação do Fundo Estadual de Agricultura e Estiagem. Então, precisa-se criar esse fundo imediatamente para que sejam encaminhados os recursos do BNDES. Já existem outros quatro fundos e estão sendo liberados recursos para várias áreas, mas o BNDES exige um fundo específico.

A minuta do decreto desse fundo foi encaminhada na semana retrasada e, a partir do momento em que reclamamos na tribuna, o estado encaminhou a proposta para que o BNDES pudesse avaliar e aí, de fato, vir o decreto para depois o recurso ser liberado. E o próprio secretário comentou em nota que a licitação das empresas que farão as cisternas ainda não está pronta. Então, há um problema de encaminhamentos e prioridades. Segundo o BNDES, o estado está encaminhando as prioridades centrais nessa questão da liberação dos recursos e precisamos, de fato, inclusive apresentei um requerimento que foi aprovado hoje, de agilidade nesse decreto para criarmos oficialmente esse fundo para a criação das cisternas.

Segundo a secretaria da Agricultura são 1.864 cisternas, 162 distribuidores de água ou de adubo orgânico que serão comprados com esses recursos. Primeiro, é necessária a criação do fundo, depois; é feita a licitação, e só então, a liberação dos recursos.

Esperamos que isso seja agilizado o mais rápido possível para amenizar o sofrimento pela estiagem dos agricultores em várias regiões do estado.

Por último gostaria que esta Casa conseguisse acompanhar de perto os critérios para a liberação dessas cisternas, porque são somente 1.864. Quem vai receber essas cisternas?

Então, precisamos ter o mínimo de critério porque é o dinheiro público que está em jogo. Existe a questão da prioridade, mesmo. Entendemos que faltou essa prioridade de investir, de criar o fundo e terminar o processo de licitação das empresas que vão construir as cisternas para agilizar o processo. Houve uma demora no processo de encaminhamentos, porque o estado acabou priorizando outras

questões, outros recursos, outros fundos, que já estão sendo liberados pelo BNDES.

É isso que queremos deixar muito claro, não para atribuir a alguém a culpa por esse processo, mas porque há um tramite que precisa ser respeitado, organizado, e que demorou demais e ainda está muito lento. Por isso, muitos agricultores ainda não têm acesso, tanto aos equipamentos, à como distribuição de água no estado quanto às cisternas, que fazem falta para nossa agricultura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio AleSc Digital ou pessoalmente nesta Casa, gostaria de registrar a visita de três amigos do bairro Paranaguamirim: Carlos Roberto Coelho, Betinho; Claudio Sérgio Alvin, Serginho, e o Marco Antônio Cardoso, o Sapo, que estão nos visitando.

Sejam bem-vindos!

Espero que tenham gostado dessa experiência na Casa.

Eu gostaria de dizer que hoje, à tarde, o prefeito Udo Döhler estaria em Paranaguamirim, pela sua agenda, para olhar um terreno onde deve ser construída a companhia da Polícia Militar naquele bairro.

Tivemos conversando com o comando da 5ª Região, em janeiro, e ficamos felizes, porque eles não queriam apenas instalar uma base da polícia no bairro, mas uma companhia porque vêem que o bairro está precisando, pois é o segundo maior bairro da cidade. Eu vi, hoje, na *internet*, que o bairro de Paranaguamirim se fosse uma cidade seria a 43ª cidade do estado, e enfrenta problemas de violência como qualquer outro bairro, como qualquer outra cidade, e espera ansiosamente pela construção da companhia da Polícia Militar.

Mas precisamos de pressa, prefeito Udo Döhler, porque o dinheiro já está alocado, o projeto pronto, e precisamos que logo se faça a doação do terreno, a negociação para que essa companhia seja construída o quanto antes e que os policiais possam trabalhar lá com suas viaturas, com os seus efetivos para dar mais segurança efetiva no bairro Paranaguamirim.

Então, mais do que ver o terreno, precisamos começar a construção no terreno, deputado Darci de Matos, que é um dos grandes entusiastas da construção dessa companhia e ajudou na alocação de recursos para a sua construção. Portanto, deixo frisado o apoio do referido deputado para que se consolide a construção. Esperamos que o prefeito defina o mais breve possível o terreno para a construção dessa companhia de segurança pública no bairro Paranaguamirim.

Gostaria também de fazer o registro de que os moradores da Rua Monsenhor Gercino estão cada vez mais felizes, porque a estrada que dá acesso a ao Rio do Morro, pelo menos o trecho urbano, nos próximos dias, está para ser concluída. E os moradores

duvidaram durante muito tempo da realização daquela obra, pois passaram vários governos, tanto municipal quanto estadual e não a fizeram. Mas o governo Raimundo Colombo e o secretário Valdir Colbachini estão dando celeridade àquela obra pelo menos no trecho urbano e a sua conclusão, que irá ajudar muitas famílias, inclusive a mãe do Serginho, a dona Lurdes, que mora naquela rua e que, assim com outros moradores, antes mesmo de começar os processos de desapropriação, doaram os terrenos para que a obra fosse acelerada.

Então, pessoas que não têm muitos bens, e muitas tinham apenas aquele terreno lá, acabaram doando antes mesmo de serem indenizadas para que a obra fosse concluída, coisa que não vemos, por exemplo, a rua Santos Dumont, onde grandes latifundiários brigam para fazerem a doação das terras para proporcionar a duplicação da referida avenida. Percebemos que os mais pobres são os que estão mais dispostos a serem generosos.

Realmente, parabéns aos moradores da rua Monsenhor Gercino, do trecho urbano, que fizeram essa doação mesmo antes de ter a efetivação do processo de desapropriação.

Sr. presidente, quero fazer o relato de um assunto que está rodando na *internet* desde ontem, que foi a prisão, por engano, do ator Romão, que atuou na novela Lado a Lado. Ele foi solto hoje à tarde, e estava preso há 16 dias, por engano. E o engraçado é que durante todas as notícias que foram veiculadas, em nenhum momento, por parte do estado, houve a indicação de um advogado para acompanhar o caso. E isso veio à tona porque a família não vendo uma solução, começou a veicular na *internet* o que realmente estava acontecendo lá no Rio de Janeiro. Sabendo disso, a senhora que fez a denúncia, que já sabia que tinha cometido um engano na identificação do autor do furto, e que não era o referido ator, não foi até a delegacia porque estava sem a passagem de ônibus. E, ontem, sabendo que a senhora foi lá na delegacia e se redimiu, o ator global, que também é vendedor e não atua mais como ator, ainda ficou preso porque faltou energia para confecção do alvará de soltura.

Então, realmente, o estado cometeu uma série de equívocos nesse sentido, primeiramente, porque não permitiu a comunicação do preso com o advogado ou com a família; e depois, por não ter energia elétrica na delegacia para a confecção do alvará de soltura.

Isso nos leva a pensar, deputado Kennedy Nunes, quantas pessoas neste Brasil, neste país, estão presas por engano, estão pagando penas que não devem. Então, realmente, este fato nos leva a meditar, a pensar nas pessoas que acabam pagando por crimes que não cometeram por falhas do estado. Então, muito obrigado presidente e mais uma vez sejam bem-vindos Cláudio, Marcos e Carlos Alberto!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sandro Silva. Que seja feito o relato e também o registro da presença dos nossos visitantes aqui na Assembleia Legislativa, nosso povo de Joinville, terra boa, sejam bem-vindos mais uma vez!

Com a palavra o eminente deputado Manoel Mota, exímio representante da zona sul, ex-prefeito da cidade das avenidas, a nossa Araranguá. Deputado, v.exa. tem o controle da tribuna por dez minutos. Está com a palavra senhor deputado.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Senhor presidente, srs. deputados, sras. deputadas, visitantes que nos dão a honra por prestigiarem o Parlamento Catarinense na tarde de hoje, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Hoje falarei um pouco das ações do sul de Santa Catarina, principalmente do extremo sul.

Há 15 anos lutamos para que seja executada uma obra e há quatro anos existe uma ação, proposta por uma procuradora, que ficou conhecida como a obra da perereca. E agora o que aconteceu? Os quatros anos de atraso em razão desta ação da procuradora vão custar R\$ 27 milhões a mais. Quem vai pagar? É o povo brasileiro? É o povo catarinense? Então, evidentemente, cabe uma ação, eu vou propô-la, contra esta procuradora, para que ela devolva este dinheiro, pois penalizou a população catarinense.

Agora está tudo bem, saiu a licença ambiental, foi feita a licitação e vamos terminar a serra da perereca, mas com R\$ 27 milhões a mais.

Não dá para admitir estas questões, porque por conta da paralisação daquela obra, tendo em vista a ação proposta pela procuradora, o povo terá que pagar R\$ 27 milhões? Será penalizada a população de Santa Catarina.

Mas graças a Deus superamos tudo e o edital saiu. As máquinas da obra devem roncar muito em breve, e só não será tão breve devido à licitação internacional, pois a obra tem financiamento do BID.

Mas está tudo resolvido! Faremos uma obra de qualidade ligando Araranguá, Canela, Gramado, Caxias do Sul em 1h40, diminuindo quase 200km pela estrada do Rio Grande do Sul. É um ganho real para a população, para nós, pois no verão teremos um maior número de turistas e no inverno poderemos ver as belezas de Canela, Gramado, Caxias do Sul e toda aquela região. É um ganho real.

E foram 30 anos de luta na BR-285, a Serra da Rocinha, que liga Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé do Sul, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho e São Borja, em todos esses municípios, sr. presidente, eu me reuni ao longo desses 30 anos com prefeitos à época, alguns, inclusive, até já morreram, ma de um jeito ou de outro contribuíram para hoje termos a ordem de serviço entregue para a conclusão daquela obra. São 22km para se fechar a ligação com Argentina, Uruguai, Paraguai e o norte do Rio Grande do Sul, passando tudo por Araranguá, também pelos Balneários de Araranguá. É um ganho real para toda a região e estamos felizes, porque

atendemos as aspirações e os sentimentos do povo. Sabemos que contribuímos com a população, que é a nossa obrigação.

O político é eleito para buscar resultados, e quando não consegue resultados, é mais um político que apenas passou pela política. Nós estamos trabalhando em cima de resultados e graças a Deus estamos colhendo frutos. Estamos vendo esse povo extraordinário que me elegeu tantas vezes, pois já estou no sexto mandato, e colher os frutos do nosso trabalho nos deixa muito feliz.

A empresa que vai fazer a obra já está se instalando no canteiro e vamos ver as máquinas roncarem muito em breve.

Estou aguardando a licitação porque essa foi a palavra do governador Raimundo Colombo, que assumiu comigo o compromisso de licitar a obra que vai de Passo de Torres a Balneário Gaivotas, a Interpraias, que vai ser uma solução muito importante para o turismo, que será a maior indústria, que não tem fumaça, não tem chaminé, que não polui e que gera emprego, renda e qualidade de vida. Esta é a nossa luta no Parlamento Catarinense. Com a interpraias não vamos ter indústrias de fábricas, que produzem produtos, vamos ter o turismo, que vai dar para a população catarinense mais qualidade de vida. Estamos aguardando a licitação da Interpraias e vamos comemorar juntos com o governo.

E gostaria de dizer também que no governo de Luiz Henrique da Silveira ganhamos R\$ 43 milhões para a obra de Laguna ao Camacho, e hoje essa etapa da Interpraias está quase toda asfaltada.

Agora, estamos esperando a obra do sul começar, isto é, de Passos de Torres para cá, porque quem vai ganhar é a população. A região que mais cresceu no Rio Grande do Sul foi a região da Estrada do Mar, que está cheia de condomínios fechados. Antes, os terrenos das praias eram vendidos por R\$ 30 mil ou R\$ 40 mil, mas hoje valem R\$ 150 mil, R\$ 180 mil. Quem ganhou foram as pessoas que tinham terrenos naquela área e que agora tiveram seus imóveis valorizados. E isso vai acontecer também em Santa Catarina com a conclusão das obras da Interpraias, que vai desafogar a BR-101. Vamos mostrar ao turista que viaja da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e do Rio Grande do Sul, o potencial que é o nosso estado.

Por isso, estou registrando a nossa luta, deputado Kennedy Nunes - e v.exa. sabe que eu ainda respondo por alguns processos pelos fechamentos da BR-101 -, e eu prometi à população, juntamente com o vereador Brant, da Câmara de Vereadores de Palhoça, que iríamos colocar um carro, um caminhão, uma carreta ou até um bitrem naquela BR para não passar ninguém, e iríamos juntar a Assembleia Legislativa e a Câmara de Vereadores de Palhoça para fazer uma sessão legislativa na BR-101, porque não consigo admitir que a Funai atrapalhe este país, que o governo não tenha poder sobre a Funai.

Mas graças a Deus a Justiça Federal determinou a construção da quarta pista do

Morro dos Cavalos e não precisamos mais fazer nenhuma mobilização como imaginávamos. A obra já está licitada, temos a empreiteira e logo estará pronta.

Com relação à ponte de Cabeçudas, quero dizer que o presidente do DNIT, o general, assumiu conosco o compromisso de fazer três turnos de trabalho para agilizar o andamento da obra e assim fez. Então, o nosso reconhecimento ao seu trabalho, pois vai de vento em polpa as obras da ponte de Laguna e do Morro do Formigão. O único problema é o projeto de engenharia do túnel, porque não vamos admitir apenas a construção da quarta pista, queremos também o túnel, que é compromisso do governo federal. E vamos cobrar para que tenhamos essa obra pronta.

Temos que mostrar que o sul também tem qualidade. Ao longo do tempo nossa região perdeu muito, mas agora queremos recuperar o tempo perdido. Sempre a maior fatia ia para o lado do norte, mas agora precisamos de uma fatia maior para o lado do sul e também para a região serrana, que são regiões que precisam de mais atenção em Santa Catarina.

O Sargento Amauri Soares esteve comigo várias vezes quando fomos pedir para não roubarem o dinheiro do povo nos pedágios! E não tiraram naquele momento, mas tiveram que parar a cobrança do pedágio depois, porque estavam cobrando indevidamente. Até hoje a BR-101 não foi entregue e como é quem fazer melhorias na estrada se ela ainda nem foi entregue à sociedade, apesar de que alguns trechos já estão sendo recuperados.

Houve essa paralisação, diminuiu a tensão daquela situação e podemos dizer tranquilamente que cumprimos a nossa missão!

Agora aguardamos essa decisão da Justiça Federal, e finalmente teremos a construção da quarta pista. Não teremos mais os 30km ou 40km de fila no Morro dos Cavalos, mais ainda teremos 20km ou 30km de fila na ponte de Cabeçudas. Mas esperamos, sim, que em janeiro ou fevereiro do ano que vem essa ponte possa ser entregue à sociedade e aí, sim, o sul estará pronto!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Parabéns pela sua luta, deputado Manoel Mota.

Não há mais oradores inscritos no horário de Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra sessão ordinária, para amanhã, à hora regimental: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado, sr. presidente.

Senhores deputados, senhoras deputadas, faço uso deste espaço, nesta tribuna, para expor um assunto que preocupa muita gente, tenho certeza.

Trata-se de um artigo da *Folha de S.Paulo*.

(Passa a ler.)

“Agricultor de SC perde sítio por não pagar empréstimo no valor de R\$ 1.387.

A falta de pagamento de um empréstimo de R\$ 1.387 fez um agricultor de Santa Catarina perder o sítio em que vivia e tirava seu sustento.

O caso expôs uma sucessão de erros do Judiciário, de um banco e da própria defesa do agricultor Marcos Winter, 65, que tomou o dinheiro em 1997 no Banco do Brasil para plantar feijão e milho em seu sítio em Matos Costa (394 km de Florianópolis).

Winter deveria ter quitado o valor (hoje, atualizado pela inflação em R\$ 3.528) em 1998, mas não o fez. Disse que a colheita no sítio, de área equivalente a 15 campos de futebol, foi ruim e que os produtos ‘não tiveram aceitação no mercado.’

Em 2009, após a penhora e a venda da chácara em um leilão, Winter foi despejado, carregou o que pôde em uma carroça e se abrigou no galpão de uma igreja.

Hoje ele mora com a mulher e três filhos pequenos em uma casa emprestada. Vive de donativos e diz tentar entender por que perdeu o sítio todo, em vez de apenas uma parte equivalente à dívida.

‘Comprei aquele sítio com muito trabalho. Era minha única propriedade. Se quisessem uma parte, eu aceitaria, mas pegaram tudo’, afirma.

Para a advogada Danielle Masnik, que representa Winter desde 2008, a perda do sítio foi resultado de ‘uma série de equívocos do Judiciário,’ do primeiro advogado do agricultor e do banco.

Masnik diz que a área não poderia ter sido penhorada porque era o único bem do cliente. Afirma ainda que a dívida estava prescrita quando foi cobrada na Justiça, e que o advogado anterior não notou isso à época.

A defesa considera que o Banco do Brasil provavelmente induziu o Judiciário a erro na autorização da penhora por ter grafado a cidade errada do sítio na nota de crédito, o que pode ter dado a entender que Winter tivesse mais de uma propriedade.

O sítio foi vendido em leilão por R\$ 14,2 mil em 2007, arrematado pela advogada Sara Ferreira, moradora da região, que diz usá-lo ‘mais para lazer’.

‘Arrematei sem ler os autos. Não sabia da história dele (Winter,)’ afirmou à *Folha*.

Como advogada, Sara disse ver ‘uma série de erros jurídicos’ no processo. Afirma que o problema poderia ter sido evitado se o agricultor tivesse renegociado a dívida.

Winter, que tenta retomar a propriedade no STJ - Superior Tribunal de Justiça -, diz que a área vale entre R\$ 100 mil e R\$ 200 mil, considerando benfeitorias e potencial produtivo.

No processo, a propriedade foi avaliada em R\$ 11,2 mil, valor estimado em 2005 pelo oficial de Justiça, Antônio Clayton Makiołki. ‘A avaliação que fizemos é técnica, baseada em valor de mercado’, afirmou Makiołki. A nova dona preferiu não citar o valor do sítio. Disse apenas ‘ser bem menos’ do que a estimativa do agricultor, isso porque, segundo ela, a área fica a quase 20 quilômetros do centro da cidade e tem terra ‘irregular’, só permitindo hortas de subsistência.

Procurado para comentar possíveis erros no processo de penhora do sítio em Matos Costa (SC), o Banco do Brasil informou que ‘o caso está sob acompanhamento da área jurídica, que executará as determinações da Justiça’.

O juiz que tratou do processo no fórum de Porto União, cidade vizinha a Matos Costa, estava em férias e não foi localizado. O juiz substituto preferiu não falar.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina declarou, via assessoria, que informações sobre a ação estão disponíveis na internet e que nenhum desembargador comentaria o caso porque ele ainda está em andamento.

A Folha procurou o primeiro advogado do agricultor, sem sucesso, pois dois ex-colegas afirmaram que ele está preso. O advogado tem condenações recentes por uso de documento falso e apropriação de bens alheios.

O caso de Marcos Winter mostra como é difícil para muitos pequenos produtores lidar com regras e prazos de empréstimos, avalia a Fetaesc (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina).

‘Por passar muito tempo na lavoura, muitas vezes o agricultor tem escolaridade baixa e assina contrato sem entender direito, e muita gente já perdeu terra por causa disso’, disse José Dresch, presidente da federação de agricultores de Santa Catarina.

No caso de Winter, o agricultor não tentou renegociar a dívida com o banco quando o débito venceu, em 1998, contratou advogado só depois do pedido de cobrança judicial, em 2003. Para o dirigente, o poder público deveria oferecer consultoria aos agricultores na contratação de crédito.”[sic]

Sr. presidente, srs. deputados, fizemos um requerimento à comissão de Agricultura e Política Rural para, através desta ou de outra comissão, seja apurado o que realmente ocorreu naquele município com esse agricultor. Eu entendo perfeitamente que a Fetaesc - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina - deveria também tomar as devidas providências.

Mas, por outro lado, vejo aqui no *Diário Catarinense*, de hoje, uma denúncia do deputado federal Valdir Colatto, que diz:

(Passa a ler.)

“Do deputado federal Valdir Colatto (PMDB), sobre mais este escandaloso incentivo à baderna pelo governo federal: ‘BNDES E Caixa Econômica Federal pagaram R\$ 550 mil para MST fazer baderna em Brasília. No mesmo dia, foram recebidos pela presidenta Dilma. Para agradecer a ajuda.’”

Outra tuitada do deputado Colatto, que é presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária: “Enquanto isso, Funai, Exército e Força Nacional vão expulsar 7 mil pequenos agricultores no Maranhão em 170 mil hectares de terra para alojar 31 indígenas.” Bota injustiça nisso!

Não sei se procede essa informação, mas é importante que esta Casa também procure buscar a veracidade dos fatos, porque nós já enfrentamos tantas situações colocando e tirando colonos centenários das suas

propriedades com o intuito de alojarmos aqueles que têm bastante terra e nem sabem do que está acontecendo, que são os índios brasileiros que, muitas vezes, nem sabem o que está acontecendo. Isso é massa de manobra! Repito, aqui. Mas acho que esta Casa deve buscar, deputado Silvio Dreveck, conhecer um pouco sobre isso, porque não é possível que a imprensa mostre e nós nos calemos. Temos que buscar a veracidade dos fatos. Temos, no Congresso Nacional, deputados catarinenses. Peço que a nossa bancada proceda de maneira regimental, buscando informações junto à bancada Federal, em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra a presença do vereador do município de Macieira, Antônio Eron Bernardino e do secretário de Saúde, Almir Arcontti.

Boas-vindas ao Parlamento!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, não poderia deixar de dizer uma frase acerca do pronunciamento do deputado Reno Caramori. Quero dizer que concordo com ele, porque é um absurdo o que fazem contra os pequenos agricultores neste estado, neste país, onde o poder público está voltado para atender os interesses do agronegócio dos grandes fazendeiros cada vez mais misturados com o sistema financeiro nacional e internacional.

É um absurdo o que se faz contra os pequenos agricultores. E aí devemos deixar muito claro que o que se faz contra os pequenos agricultores é a favor dos fazendeiros. E não venham aqui tentar colocar os pequenos agricultores contra os sem-terra ou contra os índios, porque essa é uma tentativa de colocar pobres contra pobres, enquanto os fazendeiros, os latifundiários, o agronegócio está acabando com a agricultura familiar em nome de um projeto econômico suicida a médio e longo prazo para a sociedade. É preciso deixar bem clara essas questões.

A Dilma Rousseff tinha que receber o MST, 15 mil delegados no Congresso Nacional, e deveria ter sido bem mais educada, porque nos últimos 20, 30 anos é a presidente que menos fez reforma agrária fez. E uma das frases que os sem-terra jovens queriam escrever numa das faixas é que ela fez menos reforma agrária que os algozes dela, os generais, que deram o golpe para não haver mais reforma agrária. Isso é curioso e aparentemente paradoxal. Então, ela tinha que receber o MST de forma mais humilde do que recebeu.

Mas, não tem e não vou usar esse assunto, que me inspira, evidentemente. Não vou me desviar do assunto que este Parlamento não pode deixar de falar no dia de hoje. Aliás, deputado Padre Pedro Baldissera, tive receio de que não pudesse estar nesta manhã, neste Poder, porque não sei quem é que decide sobre a autonomia do Poder Legislativo do estado de Santa Catarina.

Imaginei que pudesse estar fechado este Parlamento na manhã de hoje, já que houve uma intervenção de outro Poder no final da tarde de ontem. Foi o que li na imprensa e que, inclusive, encerrou a sessão pela presença de um oficial de Justiça. Mas acho que não houve, porque fiquei aqui, estávamos aqui, e inclusive v.exa., deputado Kennedy Nunes, encerrou a sessão e não o deputado Joares Ponticelli. Não vi, mas a imprensa divulga que o Poder Judiciário mandou alguém aqui encerrar a sessão. Isso é um atentado contra a autonomia dos poderes! O afastamento, mediante decisão liminar, de um desembargador e não do pleno do Tribunal de Justiça, do presidente da Assembleia Legislativa, na minha avaliação, é a intervenção de um Poder sobre o outro.

E não estou dizendo que o deputado Romildo Titon é inocente; também não estou dizendo que ele é culpado, ou até melhor, nenhum de nós e ninguém neste estado tem autoridade legal para pré-julgar. A minha área não é a do Direito, na universidade estudei Sociologia, mas como policial militar tive umas mil horas de Direito lá nos cursos que fiz na Polícia Militar, e uma coisa que aprendi, é que ninguém é culpado sem que se expire as possibilidades de defesa.

O desembargador que afastou o deputado Romildo Titon da Presidência da Assembleia Legislativa sequer decidiu ainda se ele vai processar, se ele vai se posicionar em favor de processar o referido deputado. Como disse, não estou inocentando e nem culpando ninguém. Não temos essa autoridade. Agora, o que esperava, imaginava, porque evidentemente a imprensa está no seu direito de perguntar e tem perguntado nas últimas semanas, era aguardar a decisão da Justiça. E qual seria a decisão do Tribunal de Justiça razoável e esperada? Que o Tribunal de Justiça enviasse ofício, um documento a esta Assembleia Legislativa, pedindo autorização para processar o deputado Romildo Titon. Circunstâncias em que minha posição política seria favorável a, mediante essa circunstância, que ele se afastasse da Presidência e que esta Assembleia e os 40 deputados elegeassem uma nova Mesa Diretora.

Essa é a posição que eu imaginava que poderia ser o desfecho razoável do processo.

Falar de ilegalidade, de juricidade, é evidente que não é o meu forte.

Quero, nestes minutos que ainda tenho, falar do palco político, do teatro político, montado neste estado que torna ridícula a atuação Parlamentar. E quando digo que não tenho nenhum interesse e vontade de continuar neste ou em outro Parlamento é justamente também por repulsa ao *modus operandi* do teatro da política formal que não expressa aquilo que se passa nos bastidores. E não preciso dizer que existe um processo de debate, de pressão e de contrapressão na perspectiva do montamento de uma chapa, se possível única, para o governo do estado.

É evidente que as lideranças do PMDB nesta Casa devem se pronunciar, e devemos respeitar qualquer que seja o pronunciamento, mas ninguém em sã consciência poderia supor um desfecho como o que aconteceu na noite de ontem.

Quero repetir, não estou aqui dizendo que o deputado Romildo Titon é inocente. Acho até que há elementos fortes, indícios fortes, não estou julgando, mas alguém tem dúvida, neste Parlamento, neste estado, de a decisão de ontem já foi um julgamento sumário? Foi uma decisão unilateral de um desembargador a pedido do procurador-geral do estado que, aliás, estava sentado aqui há 27 dias, na posse do deputado Romildo Titon. Isso nos mostra o quão comprometidos, o quão relacionados umbilicalmente, estão os Poderes.

Não joga pétalas de inocência a ninguém. Se não pudermos julgar, não podemos jogar pétalas de inocência a ninguém.

O teatro da política formal, sinceramente, faz a sociedade desacreditar da política.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera. A minha saudação ao PMDB brasileiro e quem sabe, a figura e o espírito de Ulysses Guimarães volte às trincheiras desse partido. Santíssima Trindade! O que aconteceu ontem nesta Casa?

Quando se vê e lê nos jornais:

(Passa a ler.)

"Justiça afasta presidente da Assembleia Legislativa."

Deputado Joares Ponticelli, ousou dizer que não poderíamos ter posições que pudessem contextualizar confronto entre Poderes, no caso da relação do Ministério Público.

Nós vimos nesta Casa ontem, deputada Angela Albino, a maior violência política da história de Santa Catarina. Repito deputado Aldo Schneider, a maior violência política da história de Santa Catarina!

Quando se fala da relação de respeito entre os Poderes e ousam afastar um presidente do Poder Legislativo pela primeira vez na história desse estado brasileiro, questionando uma senhora chefe-de-gabinete que, sequer, encontra-se nos autos, apenas porque é esposa de um dos que estão sendo investigados.

Comete-se uma violência ao afastar por 180 dias, já pré-julgando e condenando uma pessoa que está incluída num processo iniciado pelo Ministério Público, e que ainda, sequer, houve o direito de defesa contextual. Trata-se de uma decisão monocrático, colocada em caráter de urgência.

E eu pergunto: Se existe um colegiado que vai se reunir na próxima quarta-feira, e hoje estamos na última semana, retornaremos depois do período de Carnaval, na quarta-feira que vem, qual é a urgência de uma postura autoritária como esta? À moda Joaquim Barbosa, como eu vi ontem no Supremo?

Eu estou falando isso porque estou empenhando minha solidariedade ao deputado Romildo Titon e, na mesma linha do deputado Sargento Amauri Soares, não quero dizer e nem afirmar a inocência do deputado Romildo Titon, que eu, pessoalmente, considero; porém,

jamais este Poder poderia ter permitido isso e ter-se curvado a uma postura como essa.

O dr. Trindade que me perdoe, mas se aqui alguém tinha questionamentos sobre a relação dos Poderes, ou aqui a gente passa a vestir calças ou nos curvamos pelo resto da história catarinense a esse tipo de posturas.

A Mesa Diretora vai se reunir às 11h e quero dizer que vou pedir, deputado Padre Pedro Baldissera, que tome uma posição de solicitar avaliação do Tribunal de Justiça no colegiado sobre essa postura. Não dá para admitir isso num momento de democracia em que vive o país. Não dá para aceitar isso neste momento de democracia numa Casa que respeita os demais Poderes.

Esta Casa por si só, deputado Joares Ponticelli, v.exa. que volta à Presidência num ato regimental, e cujo primeiro ato foi chamar a Mesa Diretora para uma reunião, nós estamos aqui pelo voto sagrado do cidadão catarinense, eles estão ali também por concurso e também são pagos com erário público, mas não para cometer esses equívocos e afrontas.

Estamos vendo a figura de um companheiro eschachada nas capas de jornais, sem sequer ter o direito à defesa e de ser ouvido pessoalmente no conjunto das ações, porque o digníssimo monocrata afastou por 180 dias o presidente desta Casa. Isso nunca aconteceu na história do país, deputado Joares Ponticelli.

Não existe uma Assembleia Legislativa sequer em nosso país, mesmo com presidentes que tenham roubado, que tenham sido afastados dessa forma! Portanto, minha solidariedade ao companheiro Romildo Titon! Quero também cumprimentar Eduardo Pinho Moreira pela nota de ontem. Mas esta Casa precisa fazer uma reflexão, deputada Ana Paula Lima, a respeito do papel que temos aqui. O Ministério Público fiscalizou e cometeu um crime ao divulgar uma gravação que estava sob sigilo e não abriram uma sindicância ainda para tentar apurar quem soltou a gravação, porque isso é crime.

V.Exas. acham que o Gaeco vai descobrir quem vazou as gravações? Não estamos aqui para fazer papel de soldadinho de chumbo, fazer de conta que somos deputados, que não temos postura, que não fiscalizamos. Vamos investigar, através da CPI das Águas, o valor de R\$ 240 mil e não vamos investigar R\$ 123 milhões?

Então, fica minha solidariedade ao deputado Romildo Titon. Acho que além das defesas do deputado esta Casa tem que fazer uma defesa jurídica do formato de processo e de afastamento como foi feito, para que na próxima quarta-feira chegue lá, não apenas a defesa do deputado Romildo Titon, mas também a defesa desta Casa como instituição e pelo ato de violência institucional que foi cometido aqui.

Sabemos que o Tribunal de Justiça, na sua plenitude, não concorda com isso, e até não sei o que aconteceu para tomar uma decisão dessa, solicitando o afastamento imediato do presidente desta Casa, alegando que a chefe-de-gabinete do Titon pudesse intervir ou dificultar as investigações que estão sendo feitas.

Quero fazer uma pergunta, deputada Dirce Heiderscheidt: é a Assembleia Legislativa que está sendo investigada? São os quarenta deputados que estão sendo investigados? É a chefe-de-gabinete que está sendo investigada? Que informação eles precisam desta Casa a não ser pedir autorização, no caso de abertura de processo judicial? Se não é esta Casa que está sendo julgada, por que a urgência? Que ação poderia se fazer aqui para atrapalhar as investigações?

Por isso não precisamos e não podemos, deputado Sílvio Dreveck, fazer de conta que isso não é conosco, porque quando o deputado Reno Caramori veio à esta tribuna há pouco fazer o seu discurso, parecia que nada havia acontecido!

Mais uma vez empenho minha solidariedade ao deputado Romildo Titon! Esperamos que isso juridicamente seja resolvido rápido e que a santíssima trindade eternize a Justiça neste estado, coloque nos trilhos o respeito aos Poderes merecidos e que reflita sobre o ato desencadeado com essa postura monocrática, autoritária, desrespeitosa e antiética.

Portanto, minha solidariedade também ao PMDB, partido do qual já fiz parte no início da minha vida pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Aldo Schneider, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital.

A minha manifestação neste momento da tribuna deste Parlamento vem no sentido de, em primeiro lugar, trazer a nossa solidariedade incontestada ao colega deputado presidente, Romildo Titon, até porque, no meu entendimento, na condição de deputado estadual, o que se cometeu ontem contra a figura do nosso presidente, neste Parlamento, foi um acinte.

Prova disso é que na história deste estado nunca aconteceu nada parecido com o que está ocorrendo neste momento. Evidentemente que não estou aqui para julgar ou pré-julgar, e dizer que o deputado Romildo Titon é inocente ou não é inocente, mas quero dizer, até saudando o deputado que aqui está chegando, que a decisão foi um acinte ao Parlamento de Santa Catarina, prova disso é que em nenhum momento, em nenhum lugar do Brasil, aconteceu isso.

E outra coisa que eu gostaria de deixar claro, e é se pegarmos as notas, tanto do *Diário Catarinense* quanto do *A Notícia*, a citação dos nossos comentaristas, alguns preocupados com a relação entre os Poderes, entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, também o Ministério Público, já condenam o nosso presidente da Assembleia Legislativa.

E aí é que está o grande problema dessa ação monocrática do sr. desembargador. No mínimo, um assunto dessa envergadura teria que ter uma decisão colegiada, até porque a possibilidade de cometermos algum equívoco

é bem menor quando várias pessoas sentam-se para discutir um determinado assunto. Com certeza a decisão talvez fosse outra em respeito a própria Casa Legislativa.

E aqui eu quero, até aproveitando a presença do deputado Romildo Titon, deixar registrada a nossa solidariedade. A nossa bancada do PMDB está totalmente solidária ao nosso companheiro Romildo Titon, mesmo porque até este presente momento ele não foi ouvido; nem pelo Ministério Público nem pelo Tribunal de Justiça, mas logicamente hoje praticamente o Brasil inteiro já condenou o deputado Romildo Titon diante dos fatos apresentados pelo desembargador Trindade.

Quero aqui ressaltar de uma forma clara que nós, o Parlamento Catarinense, também fomos afetados com essa decisão, até porque o deputado Romildo Titon não está na Presidência representando ele mesmo, mas 40 parlamentares.

A Assembleia Legislativa foi, eu diria, desconsiderada e desrespeitada, até porque, através do diálogo, poderíamos buscar, talvez, outra solução com entendimento, e não da forma autocrática e monocrática como foi.

Então quero, de público, para toda Santa Catarina, solidarizar-me com o deputado Romildo Titon, que já está sendo condenado, mas não teve a oportunidade de se manifestar nem de se defender.

Então, quero aqui deixar o meu repúdio com relação à forma como foi conduzida essa questão e, com todo respeito à história na Magistratura Catarinense, o desembargador Trindade, até pela sua experiência de vida e de atividade jurídica, poderia levar esse assunto ao Pleno do Tribunal de Justiça e assim, juntamente com muitos desembargadores, tomar essa decisão.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Senhores deputados, sras. deputadas, eu estou aqui, deputado Aldo Schneider, no quarto mandato, se não me falha a memória, e o deputado Romildo Titon, há cinco.

Gostaria de dizer que, por esse constrangimento que vive a nossa Casa hoje, eu não esperava passar.

Eu faço política com o deputado Romildo Titon vizinhando regiões. É do conhecimento de todos o trabalho e o empenho do deputado Romildo Titon às pessoas.

A Casa foi ontem, na minha opinião, pega de surpresa. Não cabe, deputado Aldo Schneider, a nós, analisarmos ou deixarmos de cumprir uma determinação judicial. A Casa cumpriu, mas a Casa tem o dever e a obrigação de fazer todos os esforços para buscar a recomposição do deputado Romildo Titon.

Eu também tenho absoluta certeza de que a nossa Casa, a Assembleia Legislativa, a Mesa Diretora, o deputado Romildo Titon com os seus advogados, o nosso partido, o PMDB, e aqui não é apenas o PMDB, que está triste, mas os 40 parlamentares são solidários ao deputado Romildo Titon porque a grande

maioria que está aqui o conhece. O que precisamos fazer é restabelecer a verdade, e tenho certeza de que o deputado Romildo Titon vai produzir as provas para mostrar a sua inocência.

Sou um homem de fé! Quero deixar aqui, deputado Romildo Titon, a minha fé e quero lhe desejar forças para superar este momento emocionalmente difícil que vive v.exa. e sua família. Desde ontem peço a Deus que o senhor possa suportar essa dificuldade e mostrar, com o tempo, a sua inocência. Eu sei da dificuldade que é recompor o emocional de um homem que sofre um abalo tão forte.

Torço para que o deputado Romildo Titon possa mostrar a sua inocência, como também superar essa dificuldade que todos nós estamos sentindo neste momento.

Agradeço o aparte de v.exa., deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço as manifestações do eminente líder do PMDB, e para concluir o pronunciamento, quero dizer que entendo que a Casa Legislativa, através da sua consultoria jurídica, deverá fazer o seu papel conduzido pelo nosso presidente interino, deputado Joares Ponticelli, no sentido de defesa da Casa.

Logicamente, este assunto com certeza em pouco tempo será restabelecido e evidentemente o próprio Tribunal de Justiça haverá de reparar essa decisão monocrática expedida por um desembargador, devolvendo a Presidência ao deputado Romildo Titon.

Então, quero deixar registrado e lamentar que hoje Santa Catarina seja capa nacional de um assunto que, através do diálogo, poderíamos ter construído toda a solução, mas, infelizmente, esse diálogo não ocorreu e estamos na iminência de abalar todo o Parlamento de Santa Catarina.

Então, quero aqui de forma solidária dizer ao deputado Romildo Titon que, independentemente do que está estampado hoje em todas as capas de jornais de Santa Catarina e do Brasil afora, acreditamos piamente que este mal entendido será revertido e v.exa. terá a sua Presidência reconstituída.

Os seus eleitores sabem, conhecem a lisura com que v.exa. conduziu esses cinco mandatos e estão do seu lado. Não tenho dúvida nenhuma de que v.exa. não será prejudicado nas urnas em função desse episódio. Força, deputado Romildo Titon, estamos com você e com certeza este Parlamento fará o que tem que ser feito.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Romildo Titon, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Meu caro deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão neste momento, quero saudar a todos os meus colegas deputados e deputadas.

Faço uso da palavra neste instante talvez sob um dos olhares mais fixos da história

de Santa Catarina daqueles que estão presentes na Assembleia Legislativa e também por aqueles que estão nos assistindo através da TVAL.

Fui investigado, ou seja, fui ouvido na minha intimidade particular por 16 meses. Algumas figuras escutavam todas as ligações que eu fazia e recebia. Fui seguido honrosamente pelo Gaeco por muitos meses. Fotografavam-me, ficavam do lado de fora quando estava em reunião. Além disso, devastaram tudo o que eu tinha na minha vida, todo o meu pronunciamento. Entraram nos meus apartamentos, nos meus escritórios regionais, políticos e da minha atividade particular, pois sou agricultor, com muita honra. Pouco respeitaram até a minha família, pois minha família teve que ficar de pijama todo o tempo esperando o Gaeco fazer a investigação.

Se não bastasse isso, noticiaram a todos os instantes na imprensa como um fato inédito no Brasil. Não bastasse isso, mandaram as gravações para a imprensa pela primeira vez dando uma prioridade nunca vista. O sr. Lio Marcos Marin virou mocinho da televisão, aparecendo com muita frequência nos meios de comunicação colocando a sua versão. Rechearam uma denúncia de achismos, de suposições. Não bastasse isso, afrontaram a Assembleia Legislativa no dia de ontem com o pedido de afastamento do presidente desta Casa. Não deu tempo de esquentar a cadeira, de fazer as mudanças que eu queria, mas tudo bem, estou há 35 anos exercendo mandato, nunca precisei disso e não é por isso que vou morrer.

Apenas quero dizer aos meus colegas, amigos, eleitores e ao povo catarinense que meus 35 anos de vida pública falam por mim, que estes cabelos brancos não aceitam essa imputação de bandido, que querem me dar e também me execrar em praça pública, mesmo antes de eu poder me defender.

Não tenho medo, deputado Kennedy Nunes, de investigação e quero ser investigado. Coloco aqui publicamente ao Poder Judiciário a quebra do meu sigilo bancário e da minha declaração de Imposto de Renda, que é o que falta. Não sei mais o que querem? Não sei aonde querem chegar sobre algo que alguém disse. Quem dos senhores não foi intermediário de recurso para os municípios? Ninguém pode negar que é o papel do parlamentar ser o interlocutor entre o município e o governo. Agora, alguém dos senhores tem culpa se lá na ponta alguma administração municipal fez algum ato ilícito? Algum dos senhores tem como chegar a intervir numa licitação de uma prefeitura? Em um contrato? Direcionar licitação? Mesmo nos municípios de seus piores adversários, como aconteceu comigo, em prefeitura que eu nunca entrei!

Eu desafio o Ministério Público, já fiz isso publicamente e faço novamente. É fácil os senhores da imprensa, que com muita facilidade fazem uma grande incriminação sobre a minha pessoa, buscar as licitações que foram denunciadas e ver a origem do dinheiro. De onde veio? Quem foi que arrumou? Quem foi que viabilizou? É fácil fazer essa investigação. Eu ainda não tive o direito, o momento de fazer a minha defesa. Em noventa e nove por cento dos casos, e na semana que vem talvez eu

possa dizer 100%, porque ainda não cheguei em toda a documentação, não são recursos que este deputado intermediou. Não sei aonde querem chegar?

Eu não sei, procurador Lio Marin, do que você tem tanto medo? Do que vocês têm tanto receio? É estranho num momento como este, em que a Assembleia Legislativa está embalada pelas denúncias feitas pelo deputado Jailson Lima e que está tentando buscar assinaturas para uma CPI para investigar o Ministério Público, a presença do senhor Lio Marin aqui fazendo via sacra nos gabinetes. São surpreendentes as jantãs feitas pelas grandes lideranças do estado tentando pressionar as suas bancadas para que não assinem essa CPI. Eu não tenho medo de ser investigado. E do que o Ministério Público tem medo?

Coitado de um prefeito, deputado Jailson Lima, que fez uma dispensa de licitação de uma compra ou de qualquer aquisição num valor de R\$ 15 mil. O Gaeco está em cima e o Ministério Público já quer por na cadeia.

Agora, o Ministério Público compra um terreno com suposto prédio, de uma suposta construção, por R\$ 123 milhões, paga R\$ 30 milhões adiantado, dispensam a licitação e pressionam de toda forma para não ser investigado. Onde nós estamos?

Não querem mostrar os salários, eu mostro a minha folha de pagamento.

Eu mostro de onde vêm os recursos que ganho, o meu salário, os meus benefícios que tenho aqui. Não tenho medo. Agora, eles não querem mostrar os salários absurdos que ultrapassam longe o teto de R\$ 25 mil. É assustador!

Queria dizer aos meus colegas que hoje eu sou a vítima. Não vou falar muito porque preciso esperar o meu advogado fazer as ações. Mas diria o seguinte: hoje é comigo, amanhã pode ser com um de vocês. E tenho certeza de que eles não terão dó nem piedade. Por isso, aqueles que estão correndo de assinar uma CPI, não esqueçam que pimenta no olho dos outros é frescos. Não estou aqui pedindo para ninguém assinar, cada um deve fazer o que bem entender. Eu sou responsável pelo meu mandato, cada um é responsável pelo seu, mas diria o seguinte: tiraram-me da Presidência, mas não me tiraram da Tribuna!

Você, deputado Jailson Lima, terá um parceiro aqui a partir de hoje, livre, leve e solto para falar aquilo que eu bem entender, da forma que penso. Agora, mais do que nunca, com coragem, porque um homem público quando passa pelo que estou passando, por uma execução em praça pública, condenando-me antes mesmo de ser apreciada a denúncia pelo Tribunal de Justiça, depois de passar por tudo isso, meu caro deputado Aldo Schneider, a gente não tem mais medo de nada. Sempre fui um homem de coragem, de fé, e desafio o Ministério Público a provar muitas coisas que estão dizendo.

Eu já falei aos órgãos da imprensa, não preciso repetir, srs. deputados, quem dos senhores sobreviveria há 16 meses de grampo? É uma pergunta que deixo. Considero-me um homem feliz pois por 16 meses escutaram tudo o que eu falava publicamente e na minha intimidade, e sair

dessa forma que estou. Estou aqui de cabeça erguida e tranquila. O sr. Lio Marin achou que ia me enfiar dentro de um quarto, que eu ficar em casa, enganou-se. E quero dizer que, se quiseram mandar um recado para esta Assembleia, pegaram a pessoa errada. Não sou frouxo, não tenho medo deles.

(Palmas das galerias)

Gostaria de dizer, ainda, que vamos enfrentar o que vier, seja na Presidência desta Casa ou aqui, desta tribuna. Tiraram-me a Presidência, mas desta tribuna, que o povo me deu, eles não vão me tirar. É uma pena que a todos os casos não seja dada a mesma rapidez que foi dada ao meu.

Lembro-me de um dos episódios que aconteceram, deputado Padre Pedro Baldissera, como operações do Gaeco, desses homens que se dizem os donos da moralidade pública, inclusive, de algumas que rodearam a minha região, inclusive de uma chamada *Bola de Neve*, que envolveu um monte de prefeitos, funcionários públicos e até o irmão do seu Lio, e para a qual não foi dada a mesma celeridade na divulgação. A imprensa queria fazer de conta que não se tratava do irmão do procurador. Não divulgaram nada. Ficou tudo escondidinho.

E a investigação *Fundo do Poço* rodeou lá por Anita Garibaldi, mas não chegou. Foi tudo ao redor. Não sei se é coincidência. Quem sou eu para falar? Mas as más línguas falam. E se é para condenar os outros pelo achismo, pela suposição, então nós também podemos começar a fazer.

Muito obrigado pela atenção, srs. deputados, vim aqui para dizer que estou de peito aberto, de cabeça erguida, não devo nada e se devesse não seria louco de ter assumido essa cadeira expondo os meus colegas e o meu partido. Vai custar um pouco para sair, mas tenho certeza de que vou sair muito melhor do que entrei.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Romildo Titon, não temos dúvida nenhuma de que esta Casa é extremamente solidária pelo que v.exa. representa e por tudo que tem feito. Esperamos que de fato seja feita a Justiça.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados estamos vivendo uma quinta-feira literalmente diferente de todas as quintas-feiras que esta Casa já viveu, normalmente com poucos deputados e, praticamente, apenas com os funcionários da Casa e alguns assessores assistindo a sessão que, normalmente, não se estende por muito tempo, dado os compromissos dos srs. deputados no interior, nas suas sedes. Normalmente nas quintas-feiras temos uma sessão muito morna, digamos assim.

E hoje, esse episódio do afastamento do nosso presidente tomou todos nós de surpresa, e porque não dizer que praticamente

todos os deputados ficaram chocados pela forma como foi sacado o presidente da Casa do seu cargo.

Evidentemente, muitos deputados já estavam a caminho do interior, como no caso do presidente Padre Pedro Baldissera, que já estava quase chegando no Oeste e teve que voltar urgentemente, até porque faz parte da Mesa Diretora.

Temos uma reunião de urgência hoje às 11h com a Mesa Diretora para tratar justamente desse assunto.

Ontem, quando tomamos conhecimento do fato ocorrido, fizemos uma reunião imediata com os membros da Mesa Diretora que estavam presentes, os deputados do PMDB que, imediatamente chegaram nesta Casa, juntamente com os demais companheiros. Eu me ative, principalmente, ao semblante do deputado Joares Ponticelli, que estava extremamente sério, tenso. Ele que tinha chegado de uma viagem e estava sorridente na parte da manhã, descansado, porque estava tudo resolvido e agora começaria o seu ano para ir a um embate político e, de repente, se vê numa situação que teve que assumir a Presidência da Casa, num momento em que jamais imaginou.

Estava tenso, assim como estavam todos os srs. deputados reunidos na tarde de ontem, pois foi uma situação extremamente constrangedora para este Poder.

O deputado Romildo Titon tinha ido para a sua residência e ficamos aqui trocando informações.

Conversamos com os Procuradores da Casa, com algumas pessoas que tem mais conhecimento jurídico, e decidimos que a Procuradoria-Geral deve trazer, na reunião de hoje, um esclarecimento melhor para os srs. deputados que fazem parte da Mesa Diretora e para os demais deputados interessados em entender melhor o momento por que passa este Poder.

Eu tenho muita dificuldade em entender esse assunto, e esse é um problema pessoal, porque se diz na Constituição que os Poderes são independentes entre si, mas vejo, com muita preocupação, uma deliberação de outro Poder sacando o presidente de outro Poder independente.

É a mesma coisa que dizer: O senhor saiu da Presidência, porque nós temos que fazer investigações. A denúncia ainda não foi acatada, o processo nem foi aberto, isso é uma opinião particular. E a condenação do nosso companheiro, deputado Romildo Titon, já está consumada. Ele pode até provar que é inocente, mas já foi condenado pela opinião pública, através da imprensa. O deputado Romildo Titon já está condenado, mesmo sem ter sido ainda processado. Ele foi denunciado, ainda não teve a oportunidade de se defender, como falou há pouco desta tribuna, mas já foi condenado, já foi execrado pela opinião pública, pelas pessoas. Para todos o deputado Romildo Titon está condenado!

Vamos ter essa reunião às 11h para entender juridicamente o que esta Casa pode fazer para resgatar, pelo menos, aquilo que diz respeito a ela.

O Deputado Romildo Titon tem o seu advogado que, certamente, deve entrar com

uma defesa ou com uma liminar com relação a sua pessoa. Mas esta Casa, esta instituição, precisa dar uma resposta com relação a esse fato. E a Mesa Diretora da Casa apenas vai tomar conhecimento, apenas vai poder saber o que fazer, se é que pode fazer alguma coisa, às 11h do dia de hoje.

Mas o que me chama atenção é que a Assembleia Legislativa é um Poder constituído, assim como é o Ministério Público, a nossa Justiça Estadual, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, o Poder Executivo, são todos Poderes independentes, e sempre há em casos como esse, por exemplo, a possibilidade de diálogo. Sendo necessário o afastamento do presidente da Assembleia Legislativa, por que não foi comunicado à Mesa Diretora desta Casa antes? É uma pergunta que eu me faço. Por que não foi comunicado à Mesa Diretora da Casa, através de um ofício ou alguma outra coisa que constasse o seguinte: precisamos fazer algumas investigações e gostaríamos que esta Casa tomasse uma decisão.

Seria uma questão de respeito de um Poder com o outro. A Mesa Diretora, certamente, reuniria-se e chegaria a conclusão de que a Justiça quer e tem que ser executada. Então, seria mais certo, mas o que recebemos foi uma pancada, foi um murro na boca do estômago. Esta é a grande verdade falada de maneira mais simples.

Estávamos todos trabalhando, com o vice-presidente, deputado Joares Ponticelli, na direção dos trabalhos desta Casa, e chega um oficial de Justiça com um papel na mão destituindo o presidente da Casa. É uma coisa difícil de entender porque vimos no Congresso Nacional o Renan Calheiros, que era presidente do Senado, e ninguém conseguiu tirar aquele homem da Presidência. Recebeu paulada de todos os lados, retrucou daqui e dali, levou muitas cacetadas, várias denúncias foram feitas, pediram para ele renunciar, mas ele dizia que não saía, que não deixava o cargo e realmente não deixou a Presidência. E a Justiça não determinou que ele saísse. Aqui não, foi uma decisão monocrática, apenas de um juiz, que veio para cá e teve que ser cumprida.

Eu sou leigo no assunto e estou fazendo essas declarações embaladas pela minha emoção, por solidariedade ao deputado Romildo Titon, porque não tenho conhecimento jurídico mais aprofundado. Evidentemente, vamos procurar saber todo o embasamento jurídico da destituição do sr. presidente Romildo Titon e, se for legal e procedente, vamos acatar, mas vamos saber o realmente aconteceu na reunião que vamos ter agora com a assessoria jurídica da Casa e com os demais deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comim, a quem concedo a palavra por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIM - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, realmente está sendo uma quinta-

feira muito tumultuada. Tudo começou na tarde de ontem, quando presenciamos o oficial de Justiça entregando a notificação ao presidente desta Casa. Tive a oportunidade de, juntamente com o sr. vice-presidente, deputado Joares Ponticelli, ir até a Presidência desta Casa no momento em que o presidente Romildo Titon chamou o vice-presidente.

Realmente é uma situação muito delicada e que traz, com certeza, um grau de insegurança e de vulnerabilidade sem precedentes. Qualquer cidadão - e ouvi aqui a manifestação do deputado Romildo Titon - por mais retidão que tenha, por mais idôneo que seja, ao ser observado, fotografado, investigado durante 14 meses, fica muito difícil de segurar! Quem aguenta uma situação dessas, sabendo que sua vida pública, empresarial, particular e íntima está sendo investigada todos os dias? Realmente isso exige uma postura, uma reflexão, muito profunda em nível de Brasil, em nível de legislação! E onde está o seu direito à privacidade?

Por isso, deputado Romildo Titon, sou solidário a v.exa.. Durante esses quatro mandatos como deputado tenho, na sua pessoa, um exemplo de homem público, de retidão sem precedentes, que admiro muito, mesmo estando em partidos opostos. Mas sua conduta nesta Casa me leva ao raciocínio e à crença de que v.exa. é um homem de bem, até que me prove o contrário. Por isso, sou solidário a v.exa.

Sr. presidente, na manhã de ontem, o sr. governador do estado, juntamente com o secretário Valdir Cobalchini, estiveram em Brasília tratando de vários assuntos, dentre os quais a questão do aeroporto regional de Jaguaruna.

(Passa a ler.)

“O governador Raimundo Colombo e o secretário de estado da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, trataram, nesta quarta-feira, no Rio de Janeiro, da última etapa de negociações para a liberação do aeroporto Humberto Ghizzo Bortoluzzi, de Jaguaruna, no Sul de Santa Catarina.

Depois da aprovação das rotas aéreas, o governador Raimundo Colombo voltou com a confirmação de que o aeroporto deverá entrar em operação entre março e abril.

A reunião foi com o diretor do Instituto de Cartografia da Aeronáutica - ICA -, coronel aviador Ricardo Elias Cosendey, que disse faltar alguns detalhes técnicos em relação à cartografia e que serão providenciados pelo estado para garantir os voos em Jaguaruna.

O coronel aviador disse que os trabalhos finais serão realizados em paralelo pelo Instituto de Cartografia Aeronáutica e o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Cindacta -, para garantir a segurança dos pousos e decolagens no aeroporto e estabelecer todas as rotas de voos. Cobalchini lembrou que o aeroporto irá atender todos os municípios da região sul.”

Eu presencio, sr. presidente, desde o meu primeiro mandato nesta Casa, isso. Aliás, foi o assunto do meu terceiro pronunciamento nesta Casa. No primeiro falamos sobre energia eólica, no segundo sobre a Translitorânea, e o terceiro sobre o aeroporto regional.

Já existia uma predisposição do DAC, quando o aeroporto era em Criciúma, onde está situado o Paço Municipal hoje, chamado aeroporto Alberto Leal, e a decisão técnica de que este aeroporto viesse para Jaguaruna.

Por uma decisão política equivocada, levaram até o distrito de Forquilha, hoje, município. Era um distrito de Criciúma, mas Forquilha, hoje, é um município, e o DAC reafirmando que deveria ser em Jaguaruna.

Passados muitos anos, mais de duas, três décadas, tive o privilégio de estar naquela audiência com o brigadeiro do DAC, com o deputado Edinho Bez, o presidente da Acic - Associação Comercial e Industrial de Criciúma - na época, Alvaro Arns; o presidente da Associação Comercial e Industrial de Tubarão, Murilo Bortoluzzi; o representante do governo do estado, o piloto Faraco, que representava, naquela ocasião, o secretário Leodegar Tiscoski; e o senador, à época, Geraldo Althoff.

Quando fora feito o desafio ao senador, pelo brigadeiro, de alocar R\$ 63 milhões no Orçamento-Geral da União - coisa que ele não acreditava que acontecesse -, e o senador tomou a postura, abraçou a causa e, destes R\$ 63 milhões foram destinados R\$ 16 milhões para iniciar o aeroporto. E hoje é uma realidade. As exigências do Corpo de Bombeiro já foram instaladas nesta semana e todas as exigências que competem à parte de infraestrutura do estado estão já asseguradas e postas, prontas para operar.

O governo entra com o recurso de R\$ 250 mil como ajuda de custo, até o momento em que se cria uma carteira de clientes, promovendo uma rotatividade, dando segurança jurídica para aí, sim, colocar a concorrência pública efetivamente posta, para que o aeroporto possa operar definitivamente.

Vejo uma conquista muito grande, um ganho, e uma reivindicação que há mais de três décadas vem sendo procedida pelas lideranças do sul e que agora passa a ser realidade.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Quereria falar, sr. presidente, sobre um trabalho muito importante que a Polícia Militar de Joinville, deputado Sargento Amauri Soares, está fazendo através da cavalaria.

O comandante responsável pela cavalaria da Polícia Militar, chamou-me para ir a Joinville apresentar um projeto espetacular que acho ser importante.

Eles pediram a este deputado que fizesse a indicação de alguma emenda ao governo do estado para ser parceiro na execução de um projeto de equoterapia a crianças deficientes da cidade de Joinville.

Temos instituições, por exemplo, a Chaleira Preta, que funciona perto do aeroporto

de Joinville e que possui um trabalho de equoterapia, ou seja, através de um animal, o cavalo, usando seus movimentos, dentro de um acompanhamento para que as crianças, com algum tipo de deficiência mental ou física, tenham uma evolução gradual para melhorar a qualidade de vida por meio da equoterapia.

Mas a instituição Chaleira Preta, entre outras, possui um gasto muito grande com o animal, com a baía, com a ração, com veterinários. Eu não tenho cavalo e não sei o quanto custa isso, mas deve ter um custo alto manter um animal desses. E a Polícia Militar possui cavalos, baias, veterinários, ração, ou seja, esse custo já está lá colocado e à disposição.

Qual é a ideia deles? A ideia deles é que esse custo que está lá parado, fazendo somente a escala de atividades da polícia montada, beneficie as crianças carentes nesse processo de equoterapia de forma gratuita, realizado pelos próprios policiais. E para isso, eles desenvolveram um projeto chamado de Picadeiro Coberto. É como se fosse um ginásio, um picadeiro coberto, porque em Joinville chove muito, e também para os dias de muito sol, para a proteção contra o calor, mas sem piso, com areia, para que o animal possa trabalhar, e uma sala ao lado de apoio para que as famílias possam acompanhar esse trabalho.

Então, eles apresentaram esse projeto, deputado Valmir Comin, e eu, com muita alegria, nas emendas que tenho algum tipo de indicação, fiz essa solicitação para a realização de todo o projeto, cujo custo está em torno de mais de R\$ 500 mil, deputado Silvio Dreveck. A sede do projeto será em Joinville e irá atender também as crianças de São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, ou seja, toda a região ligada à Polícia Militar de Joinville, gratuitamente.

Quero aqui compartilhar com os deputados esse projeto para que possa ser feito em outras cidades. Sei que em Florianópolis já tem, mas existem ainda algumas dificuldades como, por exemplo, o picadeiro coberto, mas nós, em Joinville, talvez, possamos fazer um projeto padrão, de referência em todo o estado de Santa Catarina.

Por isso, queria compartilhar com todos vocês.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, quero agradecer o aparte e parabenizar v.exa. pelo pronunciamento que faz.

Fico feliz por v.exa. ter tomado conhecimento *in loco* desse trabalho que a Polícia Militar faz em Joinville. Não conheço diretamente o trabalho feito em Joinville, mas tive a oportunidade de ver o trabalho aqui em Florianópolis. Um companheiro levou-me ao quartel da cavalaria que fica em São José numa manhã para ver a atividade de equoterapia. É comovente porque há pessoas que, em virtude de uma seqüela, um problema, uma deficiência, entram em depressão e desistem de continuar lutando. E lá, através da equoterapia, elas acordam para a vida e começam a lutar, graças à relação do ser humano com o animal, no caso, o cavalo.

Essa demanda de construir o picadeiro coberto existe também aqui em Florianópolis. Estive lá e conheço um pouco sobre obras. Espanto-me, às vezes, com os valores que certas obras acabam consumindo, mas considero um valor ínfimo se comparado com o que se gasta construindo uma ponte, uma estrada. Já conversei com o deputado José Nei Ascari, que trata da questão das Apaes e da deficiência física, para visitar o local onde o trabalho é realizado, aqui ou nas demais regiões, e conhecer melhor a equoterapia, no sentido de levar essa demanda ao governador.

Como v.exa. abraçou a causa da equoterapia em Joinville e quero convidá-lo a abraçar também essa causa por toda Santa Catarina, em todas as unidades da Polícia Militar em que a equoterapia acontece. Como v.exa. falava, nas cavalarias chega uma idade em que o animal tem que ser sacrificado, ele não serve mais para patrulhamento, e, ao invés de fazer isso, cederam todos os animais, que talvez resistam mais uns dez anos de vida e que estão mais dóceis, para esse tipo de atividade. Houve essa sensibilidade por parte do comando da cavalaria. Mas precisamos desses pequenos recursos para que a equoterapia possa funcionar em tempo integral, inclusive naquelas semanas de chuva sem expor essas pessoas, adolescentes e crianças com deficiência ao temporal.

Quero aproveitar para adotar, juntamente com todos os demais deputados, essa proposta de construir os picadeiros em todas as regiões onde exista a equoterapia. Parablenizo-o novamente pela abordagem do assunto.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu vou procurar trazer o filme para exibir na próxima semana, até para que outras cidades possam ver. Vou conversar com o tenente responsável para que possamos trazer o projeto dele, que é animado, para que possamos conhecer o que será esse Centro de Atendimento, porque com certeza será referência para o estado inteiro feito pela Polícia Militar de Joinville.

Deputado Valmir Comin, quando fui numa dessas atividades de equoterapia, conversava com uma mãe cujo filho era extremamente agressivo, uma criança agressiva e, o único momento em que o menino relaxava era quando estava montando o animal. É impressionante essa harmonia entre as pessoas e o animal. É como disse v.exa., esse é um trabalho pertinente que, muitas vezes, passa despercebido pelos governantes.

Mas quero parabenizar, mais uma vez, o comando da Polícia Militar, esses valorosos homens da polícia, deputado Sargento Amauri Soares, por iniciativa própria, muitas vezes, desenvolvem algum tipo de trabalho, como é o caso do programa SOS Desaparecidos, que é um trabalho de formação de curso do major Marcos, que virou referência nacional. Um trabalho dele próprio que decidiu institucionalizar e repartir com a entidade da Polícia Militar. Por isso, mais uma vez, quero parabenizar o comando que permitiu a liberdade aos seus homens para fazerem esse tipo de trabalho que agrega.

Quero parabenizar o tenente, que é o responsável pela cavalaria lá de Joinville.

Comprometo-me em trazer, na próxima sessão, um vídeo para vermos que coisa fantástica que vai acontecer lá. Eu tenho o maior prazer de ser o parceiro, o canal que vai garantir através das emendas, a concretização desse projeto, porque temos condições de fazer algum tipo de indicação para que essa obra possa ser feita lá, na cidade de Joinville, mais precisamente, no bairro Petrópolis, onde já tem o terreno pronto da polícia montada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero agradecer ao deputado Neodi Saretta, por sua deferência de me designar para falar pelo partido, principalmente numa sessão muito impactante, com muito movimento, com muita gente, com o episódio desrespeitoso aos Poderes em relação ao próprio deputado Romildo Titon. Neste momento, deputada Ana Paula Lima, a imprensa está toda na porta do gabinete do deputado Romildo Titon, e estão lá também o senador Luiz Henrique da Silveira e o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Ficamos todos surpresos pela forma com que este Parlamento recebeu essa notícia, deputado Neodi Saretta. Não quero entrar no mérito relativo ao processo na Justiça contra o presidente, deputado Romildo Titon, mas quero questionar a forma monocrática como se afastou o presidente do Poder do Legislativo Estadual. Uma pessoa apenas decidiu e afastou o nosso presidente. Foi uma decisão desproporcional em relação a outras decisões, envolvendo outros partidos.

Ouvia atentamente o discurso do deputado Romildo Titon e lembrei-me do caso da minha cidade, Blumenau.

Na minha cidade, Blumenau, o ex-prefeito, João Paulo Kleinübing, desviou recursos do Badesc. Lá foram cassados três vereadores por essas improbidades administrativas. O Ministério Público estava investigando desde o ano de 2006, estamos no ano 2014 e até o momento nada foi feito contra João Paulo Kleinübing, que é acusado em seis processos de desviar recursos do Badesc por fraudes e licitações.

Ele pegava dinheiro do Badesc e fazia as obras na cidade sem licitação. Isso foi alvo, inclusive de cassação de três vereadores do PSD. O que me causa surpresa, deputado Jailson Lima, é que são dois pesos e duas medidas. Por que o João Paulo Kleinübing é presidente do Badesc? Ele está dando dinheiro para todas as prefeituras do estado de Santa Catarina. É investigado pelo Ministério Público desde o ano de 2006 e ainda se encontra na presidência daquele banco. Isso que me causa surpresa. Por que a Justiça não afastou aquele

cidadão do cargo de presidente do Badesc? Por que afasta de uma forma muito rápida o presidente do Poder Legislativo catarinense e não afasta João Paulo Kleinübing do Badesc? Dois pesos e duas medidas, bem como a *Operação Bola de Neve*, que o deputado Romildo Titon citou. A *Operação Tapete Negro* ainda não findou e esse cidadão se encontra no banco.

Então, gostaria de empenhar a minha solidariedade ao deputado Romildo Titon. A justiça precisa ser feita. Todo mundo tem direito à defesa, por isso, não aceito a forma como fomos desrespeitados.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima, importante sua manifestação, porque esse tapete me parece que é comprido, ele não termina. Aqui não chegou a ser nem um tapetinho pequeno.

Parabéns pelo pronunciamento, porque cabe à Justiça o equilíbrio das posições. Deputado Neodi Saretta, v.exa. que é advogado, sabe como deve agir a Justiça para contribuir com o equilíbrio, Estamos vendo essa manifestação e posição muito ágil, cruel e, principalmente, desrespeitosa com o deputado Romildo Titon e sua família.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não, nosso companheiro, líder da nossa bancada.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Jailson Lima, sr. presidente e srs. deputados, acho que é importante a serenidade neste momento para que não estabeleçamos aqui nenhuma crise de relações e de poder. Realmente esta é uma situação preocupante, porque há um presidente afastado por uma decisão monocrática, embora regimentalmente possível pelo regimento do Tribunal de Justiça, mas era prudente que o mesmo analisasse isso de forma colegiada, inclusive, ouvida preliminarmente a defesa do deputado para que não fosse cometida nenhuma injustiça.

Penso, assim como o deputado Sargento Amauri Soares, que não que nos cabe aqui absolver nem fazer uma condenação sumária, pois os fatos precisam ser investigados com serenidade.

Por isso, o presidente desta Casa está propondo uma reunião com os membros da Mesa Diretora e os líderes das bancadas com a intenção de que o próprio Tribunal de Justiça faça uma reunião e debata colegiadamente essa decisão, pois é uma situação extremamente preocupante que estamos vivenciando.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta, v.exa. é uma pessoa ponderada e isso é característica na sua vida pública, e esta Casa deve agir dessa mesma forma, firme, porém, estabelecendo padrões de relações aceitáveis e que, principalmente, enalteçam a democracia.

Fragilizar esta Casa do jeito que estão fazendo, submetendo o conjunto do Parlamento a esta situação, mostra nitidamente que nós temos que puxar o diálogo com o Tribunal de Justiça para que este carro seja recolocado na estrada da consolidação democrática deste estado e país.

Mas quero falar, ainda, deputado Neodi Saretta, sobre os dados divulgados sobre o crescimento do país.

Vimos todos os economistas, os urubólogos de plantão, como diz o Amorin, falando da falta de crescimento e geração de emprego neste país, cuja economia internacional não estava mais acreditando. E ontem vimos que o crescimento do Brasil em 2013 foi de 2,3%.

Alguns até podem questionar este percentual de crescimento, deputado Padre Pedro Baldissera, com um PIB de R\$ 4,84 trilhões no ano passado, cujos maiores índices de crescimento foram na agropecuária, serviços e indústria.

Porém, apontem-me outros países no globo terrestre, tirando o índice da China, que tiveram um nível de crescimento maior que o do Brasil? Deputado Kennedy Nunes, não há dez, entre os países asiáticos, principalmente tirando a China, que também é um país continental e de densidade populacional que extrapola os limites do imaginário. O Brasil, além de gerar 3% de crescimento, e isso dá mais do que duas vezes o crescimento americano e é um crescimento mais do que duas vezes superior a qualquer país Europeu, terminou o ano com geração de pleno emprego.

Reduzimos o nível de empregabilidade formal de carteira assinada, mas temos que dizer que tivemos neste período um dos índices mais elevados porque também está sobrando mão de obra no Brasil, principalmente no setor da construção civil. A indústria do setor metalmeccânico pede por trabalhadores.

Então, colocam para a sociedade, deputado Padre Pedro Baldissera, sempre na lógica de que este país não tem jeito, principalmente quando verificamos as pesquisas estabilizadas do ponto de vista de aprovação da presidente Dilma Rousseff, da sua reeleição no primeiro turno, superando todos os adversários, inclusive, com o Barbosa junto.

Então, para nós do partido dos Trabalhadores que estamos num ano de conjuntura eleitoral, estamos vendo que 82% das obras previstas no PAC foram concluídas no ano passado. E as que não foram concluídas, na sua grande maioria, tiveram intervenção do Tribunal de Contas da União ou foram questões ambientais.

Por isso, faça essa análise ao mesmo tempo em que cumprimento todos os companheiros da ocupação Amarelado, neste estado, desejando que sejam bem-vindos a esta Casa, porque mesmo sendo do Partido dos Trabalhadores, mesmo tendo o nosso governo feito muito, na questão do atendimento à agricultura familiar nós ainda devemos neste país uma política mais clara de reforma agrária que aprofunde tudo isso no sentido de também construir avanço social e principalmente distribuição de terras e renda.

Por isso, sejam bem-vindos, companheiros que estão presentes neste plenário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Findo horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0034/2013, 0272/2013, 0358/2013, 0374/2013, 0452/2011, 0512/2013 e 0525/2013.

Também comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0725/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0028/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0580/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0002/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0069/2014, de autoria do deputado Reno Caramori; 0070/2014, 0071/2014, 0072/2014, de autoria do deputado Sandro Silva; 0073/2014, de autoria do deputado Edison Andriano.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0102/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0103/2014, 0105/2014, 0106/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0104/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Moção n. 0009/2014, de autoria da comissão de Educação, Cultura e Desporto, a ser enviada ao ministro-chefe da Casa Civil, manifestando apoio à indicação do nome do sr. Maurício Fernandes Pereira para integrar o Conselho Nacional de Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0010/2014, de autoria da comissão de Educação, Cultura e Desporto, a ser enviada à ministra das Relações Institucionais da Presidência da República, manifestando apoio à indicação do nome do sr. Maurício Fernandes Pereira para integrar o Conselho Nacional de Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0011/2014, de autoria da comissão de Educação, Cultura e Desporto, a ser enviada à presidente da República, manifestando apoio à indicação do nome do sr. Maurício Fernandes Pereira para integrar o Conselho Nacional de Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0012/2014, de autoria da comissão de Educação, Cultura e Desporto, a ser enviada ao vice-presidente da República, manifestando apoio à indicação do nome do sr. Maurício Fernandes Pereira para integrar o Conselho Nacional de Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0013/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada à presidente da República, ao presidente do Senado Federal e ao presidente da Câmara de Deputados, manifestando apoio à luta dos trabalhadores brasileiros e à ampliação da licença maternidade de 120 dias para 180 dias a todas as mulheres.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0015/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao sr. governador do estado, solicitando informações sobre o valor mensal arrecadado pelo estado com taxas e emolumentos cartorários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria da deputada Angela Albino, assinado por vários líderes desta Casa, pedindo a suspensão desta sessão para a manifestação

do sr. Rui Fernando, membro da ocupação Amarello de Souza, por dez minutos.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - (Faz soar a campainha!) - Está reaberta a sessão.

Srs. deputados, teremos agora uma reunião, convocada pela Presidência desta Casa na sala de reuniões.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Jean Kuhlmann, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, público presente nesta sessão, quero, nesta manhã, trazer um assunto não muito agradável também, sobre o qual temos falado de forma constante e que inclusive já foi até motivo de aprovação da Indicação n. 0815/2013, aprovada em 11 de dezembro nesta Casa, solicitando ao governo do estado reparação urgente e a melhoria em vários trechos da SC-108.

E um dos argumentos desta indicação, deputado Padre Pedro Baldissera, é justamente de que naquele local da SC-108, nos últimos seis meses do ano passado, ocorreram vários acidentes, sete acidentes graves só naquele local.

E nos sete acidentes, já nos últimos seis meses do ano passado, havia cinco vítimas fatais. Ontem, por infelicidade, novamente neste trecho da rodovia SC-108 que liga Blumenau a Massaranduba, próximo a vila Itoupava, à tarde, houve um acidente com uma vítima fatal. Faleceu um senhor de nome Fernando Schroeder, às 16h. À noite, no mesmo local, na mesma área, na mesma região, um novo acidente envolvendo um caminhão de cebola e um ônibus, com três vítimas fatais.

Ou seja, aquela indicação que nós aprovamos nesta Casa, falando dos sete acidentes com cinco vítimas fatais, infelizmente temos que alterar agora para pelo menos nove acidentes com nove vítimas fatais.

É lamentável a situação naquela localidade, e eu quero aqui pedir ao presidente do Deinfra, Paulo Meller, ao secretário Cobalchini, que realmente analisem com cuidado essa indicação aprovada por esta Casa, porque o local é muito perigoso.

O local é extremamente perigoso e existe lá uma lombada eletrônica que por decisão judicial está desativada, deputado Kennedy Nunes. É o processo das lombadas que desde 2006 não tem nenhuma decisão judicial e a Justiça determinou que a lombada ficasse desligada. Infelizmente, nada é feito nesse sentido e a Justiça não permite que o Deinfra religue as lombadas eletrônicas, então acontece o que aconteceu.

Por causa da burocracia, as pessoas estão morrendo, as pessoas estão sendo vítimas fatais de acidentes. Um ônibus, que não tinha nada a ver com a história, encontrou um caminhão de cebola desgovernado, matando três pessoas. E isso acontece de forma constante.

Então, eu quero pedir ao presidente do Deinfra, Paulo Meller, que realmente olhe com atenção e que apresente para o governador uma proposta concreta para resolver o problema. Não apenas com lombada eletrônica, mas também com a questão da mudança do traçado, a questão da melhoria da pista, enfim, tudo o que for preciso ser feito para acabar com os acidentes que acontecem naquele local deixando vítimas fatais.

Nenhum investimento, nenhum dinheiro do mundo paga as nove vítimas que aconteceram recentemente neste local, ou paga as quatro vítimas do dia de ontem. Nenhum dinheiro do mundo vai trazer essas pessoas de volta.

É por isso que quero, encarecidamente, pedir ao presidente do Deinfra que apresente de forma urgente uma solução para que o governador possa buscar o recurso e resolver o problema. Não podemos mais permitir que pessoas venham a falecer naquele local e que acidentes aconteçam como estão acontecendo.

Eu estou falando aqui dos acidentes de ontem e do ano passado considerando a estatística dos últimos anos. Assim que tiver isso em mãos, deputado Padre Pedro Baldissera, eu quero apresentar, porque com certeza serão muito mais que nove vítimas, que nove acidentes. Vai passar muito longe desse número.

Eu quero fazer este apelo ao presidente do Deinfra para que isso não volte a acontecer. Mas, para que não aconteça, tem que haver uma atitude concreta. Os técnicos do Deinfra têm que apresentar um projeto para o governador como resposta desse documento que nós aprovamos já em dezembro do ano passado, exatamente no dia 11 de dezembro. Assim, poderemos cobrar do governador para que ele execute esta obra que, com certeza, é muito mais importante do que muitas obras que estão no Pacto por Santa Catarina, que são obras fundamentais e obras importantes.

Se nós estamos vivendo neste momento o maior pacote de investimentos da história de Santa Catarina, graças ao trabalho feito pelo governador Raimundo Colombo, graças ao equilíbrio das contas do estado, graças ao trabalho bem feito por vários técnicos, com certeza, neste maior pacote de investimentos da história de Santa Catarina pode constar uma obra que vai salvar a vida de muitos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9 HORAS DO DIA 1º DE ABRIL DE 2014.

Às nove horas do dia 1º de abril do ano de dois mil e quatorze, sob a Presidência do Deputado Silvio Dreveck, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos senhores Deputados: Aldo Schneider, Ana Paula Lima, Darcy de Matos substituindo o Deputado Jean Kuhlmann, José Nei Alberton Ascari, Mauro de Nadal e Narcizo Parisotto. O **Deputado Narcizo Parisotto** informou que não tinha nada a relatar. O **Deputado Aldo Schneider** relatou o Projeto de Lei nº 0051.1/2014, exarou parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete a Deputada Ana Paula Lima; o Projeto de Lei nº 0072.6/2014, exarou parecer pela diligência da proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Nei Ascari** relatou o Projeto de Lei 0065.7/2014, exarou parecer pela diligência da matéria que, posto em discussão

e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 0006.2/2014, exarou parecer pela diligência da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0007.8/2014, exarou parecer pela diligência da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0033.0/2014, exarou parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi cedido vista em gabinete ao Deputado Narcizo Parisotto; o Projeto de Lei nº 0468.0/2013, exarou parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi cedido vista em gabinete à Deputada Ana Paula Lima; o Projeto de Lei nº 0592.3/2013, exarou voto favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi cedido vista em gabinete ao Deputado Jean Kuhlmann. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou o Projeto de Lei nº 0531.1/2013, exarou parecer pela diligência da proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0069.0/2014, exarou parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi cedido vista em gabinete a Deputada Ana Paula Lima e ao Deputado Narcizo Parisotto; o Projeto de Lei nº 0031.8/2014, exarou parecer pela diligência da proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Ana Paula Lima** relatou o

Projeto de Lei nº 0573.0/2011, exarou voto vista favorável ao parecer do relator que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0064.6/2014, exarou voto pela aprovação da proposição que, posto em votação e discussão, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0036.2/2014, exarou voto pela aprovação que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** informou que não tinha nada a relatar. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei nº 0053.3/2012, exarou voto favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0599.0/2013, exarou voto favorável com emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Resolução nº 0003.4/2012, exarou voto favorável à proposição e à emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Proposta de Emenda à Constituição nº 0001.0/2014, exarou voto favorável a proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 01 de abril de 2014

Deputado Silvio Dreveck Presidente em exercício

*** X X X ***

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dois de abril de dois mil e quatorze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Angela Albino, Antônio Aguiar, Darci de Matos e Dirceu Dresch. Os Deputados Marcos Vieira, Luciane Carminatti e Valmir Comin, justificaram suas ausências através de ofícios. O Deputado Reno Caramori substituiu o Deputado Renato Hinnig, conforme ofício 11/2014. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 3ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente passou a palavras aos Senhores Deputados para relatarem os projetos constantes da pauta: o **Deputado Antônio Aguiar** relatou o PL./0056.6/2014, que altera a Lei nº 15.714, de 2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares), para atender ao Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina (PROVIAS-SC) seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch e Angela Albino. O **Deputado Antônio Aguiar** devolveu seu pedido de vista sem manifestação ao PL./0332.7/2013, que altera a Lei nº 14.601, de 2008, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), a Taxa de Fiscalização Ambiental e estabelece outras providências. O **Deputado Darci de Matos** relatou o PL./0526.4/2013, que autoriza a doação de imóvel no Município de Navegantes (Regularizar ocupação imóveis - Secretaria Municipal de Educação), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, dois de abril de dois mil e quatorze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às quatorze horas do dia dois de abril de dois mil e quatorze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antonio Aguiar, Dirceu Dresch, Renato Hinnig e Valmir Comin, A Deputada Luciane Carminatti foi substituída pela Deputada Ana Paula Lima e o Deputado Darci de Matos foi substituído pelo Deputado Maurício Eskudlark. O Deputado Marcos Vieira justificou sua ausência através do ofício 215/2014. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente afirmou que na reunião ordinária da manhã deste dia ficou acordado entre todos os membros da comissão, que esta reunião extraordinária seria para apreciar o voto vista do Deputado Renato Hinnig ao PLC/0030.2/2013, que altera dispositivos da Lei

Complementar nº 223, de 2002, e cria cargos no Quadro de Cargos do Ministério Público de Santa Catarina. Contudo, foi solicitado pelo Deputado Renato Hinnig, a inclusão do projeto de lei complementar nº 0005/2014 na pauta desta reunião. Aprovado a inclusão, o **Deputado** passou a relatar o citado PLC/0005.1/2014, que altera as Leis nº 6.153, de 1982, e nº 6.218, de 1983, e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi solicitado vista em mesa pelo Deputado Dirceu Dresch. O **Deputado Renato Hinnig** apresentou seu voto vista ao PLC/0030.2/2013, o qual foi pelo diligenciamento ao Ministério Público, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Dirceu Dresch devolveu o PLC/0005.1/2014, sem manifestação, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, dois de abril de dois mil e quatorze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, REFERENTE À 4ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia primeiro de abril de dois mil e quatorze, amparado no § 1º do art.123 do Regimento Interno, sob a Presidência do Deputado Reno Caramori, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano: Reno Caramori, Gelson Merísio, Carlos Chiodini, Renato Hinnig representando o Deputado Aldo Schneider. Aberto os trabalhos o Deputado Presidente, informou que através do ofício 010/2014, o Deputado Aldo Schneider, seria representado pelo Deputado Renato Hinnig. Ofício 036/2014, o Deputado Volnei Morastoni, justificou sua ausência na reunião. Em seguida, colocou em discussão a Ata da Segunda Reunião Ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Dando sequência, o Presidente submeteu para votação os Projetos de Lei de nºs PL./0441.0/2013 de autoria do Deputado Arnaldo Moraes, que trata da denominação do Aeroporto Regional de Correia Pinto e PL./0387.0/2013, de autoria do Deputado José Nei A. Ascari, que trata da denominação da Rodovia que liga a BR-101 ao Aeroporto Regional Sul de Jaguaruna. Os pareceres dos projetos apresentados, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, para constar eu, Claudio Luiz Sebben, Chefe de Secretaria lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembleia.

Sala das Comissões, primeiro de abril de dois mil e quatorze.

Deputado Reno Caramori

Presidente

*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

ASSUNTO: "A Licitação do Transporte Público Municipal de Passageiros e seus efeitos X PMI - Procedimento de Manifestação de Interesse / Estudo promovido pelo Governo do Estado X Impactações Futuras da Mobilidade Urbana no âmbito da Grande Florianópolis".

Ao primeiro dia do mês de abril de dois e quatorze, reuniram-se na sala do Plenarinho, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência do Deputado Reno Caramori com a presença do Deputado Gelson Merísio, Carlos Chiodini e Renato Hinnig, representando o Deputado Aldo Schneider, bem como, a presença dos Senhores: Adriano Ribeiro - Coordenador da Governança Metropolitana do Conselho Metropolitan para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis; Rodrigo Gonçalves - representando o Presidente da Câmara de Vereadores de São José Geraldo Swchin; Ricardo Campos, Diretor de Desenvolvimento da Câmara de Dirigentes Logistas de Florianópolis - representando a Presidente Sara Camargo; Promotor Daniel Paladino - representando o Ministério Público de SC; Everaldo Pereira da Silva - Analista Técnico da SDR da Grande Florianópolis; Engenheiro Guilherme Medeiros - representando a empresa SC Parcerias e Empreendimentos; Douglas Bersa - Vereador do Município de Biguaçu; Fernando Ritter - Coordenador Metropolitan da AURESC para Florianópolis; Beatriz Kalduisc Cardoso - Vereadora do Município de Florianópolis. Aberto os trabalhos, o Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, Deputado Reno Caramori, saudou a todos os presentes, fez a leitura do Convite da reunião, distribuído para o Executivo, Senadores e Deputados Federais de SC, Deputados Estaduais, Prefeitos,

Vice-Prefeitos e Vereadores dos municípios da Grande Florianópolis, entidades de classes e pessoas apontadas pelo proponente, do seguinte teor: **O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina DEPUTADO JOARES PONTICELLI. O Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano DEPUTADO RENO LUIZ CARAMORI, Por proposição do DEPUTADO RENATO HINNIG, através de requerimento deliberado em reunião da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, Convidam para participar de reunião para debater a "A LICITAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO MUNICIPAL DE PASSAGEIROS DE FLORIANÓPOLIS E SEUS EFEITOS X PDI - PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE/ ESTUDO PROMOVIDO PELO GOVERNO DO ESTADO X IMPACTAÇÕES FUTURAS DA MOBILIDADE URBANA NO ÂMBITO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS", que realizar-se-á às dezessete horas do dia primeiro de abril de dois mil e quatorze, nas dependências do Plenarinho, nesta Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.** Em seguida, passou a palavra ao Deputado Renato Hinnig, proponente da presente reunião, que após sua fala, convidou os presentes para se manifestarem.

MANIFESTAÇÕES: Deputado Reno Caramori; Deputado Renato Hinnig; Deputado Carlos Chiodini; Fernando Ritter - Coordenador Metropolitano da AURESC para Florianópolis; Adriano Ribeiro - Coordenador da Governança Metropolitana do Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis; Promotor Daniel Paladino - representando o Ministério Público de SC; Engenheiro Guilherme Medeiros - representando a empresa SC Parcerias; Empreendimentos; Douglas Bersa - Vereador do Município de Biguaçu; Beatriz Kalduisc Cardoso - Vereadora do Município de Florianópolis. Após todas as manifestações ocorridas, concluiu-se que apesar da Mobilidade Urbana, ser um assunto a ser discutido a nível regional, pois envolve todos os municípios da grande Florianópolis, há de observar também, que não poderá haver interferências quanto as deliberações realizadas a nível municipal de cada município, todavia, devemos debater ao máximo a possibilidade de se discutir a Mobilidade Urbana, envolvendo todos os municípios da grande Florianópolis. Dando sequência o Deputado Reno Caramori, passou novamente a palavra ao Deputado Renato Hinnig, que como proponente da reunião, comentou e sugeriu que encaminhassemos então, via Comissão de Transportes expediente à Prefeitura Municipal de Florianópolis, oficializando a preocupação da Assembleia Legislativa, com referência a possíveis impactos que possam ocorrer no futuro, tendo em vista, a licitação do transporte público municipal e os estudos que estão sendo realizados pelo Governo do Estado no âmbito da Mobilidade Urbana, para a região da grande Florianópolis. A sugestão foi acatada pelo Presidente e demais participantes da reunião, cabendo então a Comissão de Transportes, as providências necessárias para a emissão de ofício ao Prefeito Municipal de Florianópolis. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Claudio Luiz Sebben, Chefe de Secretaria de Comissão lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros e posteriormente encaminhada para publicação no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Deputado Reno Caramori

Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014 - REPUBLICAÇÃO

OBJETO: LOCAÇÃO DE CADEIRAS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA ALESC EM EVENTOS E SOLENIDADES.

DATA: 28/04/2014 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 28 de abril de 2014. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 24 de março de 2014.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014 - REPUBLICAÇÃO

OBJETO: LOCAÇÃO DE CADEIRAS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA ALESC EM EVENTOS E SOLENIDADES.

DATA: 28/04/2014 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 28 de abril de 2014. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 10 de abril de 2014.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 30 BOMBAS DE DRENAGEM PARA APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT (SRP)

DATA: 30/04/2014 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 30 de abril de 2014. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 11 de abril de 2014.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA INFRAESTRUTURA DE REDE LÓGICA DA ALESC (SRP)

DATA: 05/05/2014 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 05 de maio de 2014. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 11 de abril de 2014.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 519/2014, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 004/2014, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: LOCAÇÃO DE CADEIRAS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA ALESC EM EVENTOS E SOLENIDADES.

LOTE 1

Restou deserto

LOTE 2

Vencedora: PEÇA AS PEÇAS LTDA ME

Valor do último lance: R\$ 14.400,00

Valor Unitário: R\$ 7,20

Florianópolis, 10 de abril de 2014

ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA
PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 568/2014, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 005/2014, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1.200 DOSES DE VACINA CONTRA GRIPE, MONODOSE (DOSE INDIVIDUAL), SERINGA PREENCHIDA.

Vencedora: SANOFI AVENTIS COMERCIAL E LOGÍSTICA LTDA

Valor do último lance: R\$ 36.888,00

Valor unitário: R\$ 30,74

Florianópolis, 11 de abril de 2014

VICTOR INÁCIO KIST

PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS**EXTRATO Nº 052/2014**

REFERENTE: Dispensa de Licitação CL nº 001/2014, celebrado em 11/03/2014.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: WEG Automação Critical Power Ltda.

OBJETO: Locação de 01 (um) Nobreak de 40KVA, incluindo a instalação do equipamento e a manutenção preventiva e corretiva.

VALOR TOTAL 21.980,00, sendo R\$ 980,00 referente ao transporte do equipamento.

VALOR MENSAL: R\$ 3.500,00

PRAZO: 180 dias

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, IV da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa através do Processo Licitatório nº 009/2014-LIC.

Florianópolis, 11 de abril de 2014.

Deputado Joares Ponticelli- Presidente em exercício ALESC

Eloi Pgnan- Procurador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 053/2014

REFERENTE: Contrato CL nº 002/2014, celebrado em 12/03/2014, oriundo da Dispensa de Licitação nº 001/2014 celebrado em 11/03/2014.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: WEG Automação Critical Power Ltda.

OBJETO: Locação de 01 (um) nobreak de 40KVA, incluindo a instalação e a manutenção preventiva e corretiva do equipamento.

VALOR TOTAL: R\$ 21.980,00; sendo R\$ 980,00 referente ao transporte do equipamento

VALOR MENSAL: R\$ 3.500,00

VIGÊNCIA: 180 dias, a contar do dia 17 de março de 2014.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, IV da Lei nº 8.666/93; Processo Licitatório nº 009/2014-LIC e; Autorização da autoridade competente através da Dispensa de Licitação nº 001/2014, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 11 de abril de 2014.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente em Exercício da ALESC

Eloi Pagnan- Procurador

*** X X X ***

OFÍCIO**OFÍCIO Nº 052/14**

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Ludgero, referente ao exercício de 2013.

Helena Faust Schlickmann

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 09/04/14

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 693, de 10 de abril de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **INES WOLLINGER DA CONCEICAO**, matrícula nº 4027, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-81, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de abril de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 694, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR INES WOLLINGER DA CONCEICAO, matrícula nº 4027, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-82, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 9 de abril de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 695, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **JERUSA NARA MOSER**, matrícula nº 3388, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-88, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 9 de abril de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 696, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JERUSA NARA MOSER, matrícula nº 3388, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-89, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 9 de abril de 2014 (Gab Dep Maurício Eskudlark).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 697, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUCAS SULZBACHER LACERDA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Angela Albino).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 698, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **VICTORIA LI FRETTA CALDAS**, matrícula nº 7293, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de abril de 2014 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 699, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ANTONIO BELLO JUNIOR**, matrícula nº 7495, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de abril de 2014 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 700, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **CAMILA BORNHAUSEN DOS SANTOS**, matrícula nº 7488, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de abril de 2014 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 701, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EDISON MEIRA**, matrícula nº 5639, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de abril de 2014 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 702, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JOHN MARTINS VIANNA**, matrícula nº 5640, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de abril de 2014 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 703, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MAIQUELI MANTOVANI GREGIANIN**, matrícula nº 7202, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de abril de 2014 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 704, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MATSON LUIS CE**, matrícula nº 5372, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de abril de 2014 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 705, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ROBERTO CARDOSO STRUVE**, matrícula nº 5645, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de abril de 2014 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 706, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SHEILA AVILA FERREIRA DA CUNHA**, matrícula nº 7438, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de abril de 2014 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 707, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado **Jean Kuhlmann, ROSANA MARIA BÜRGER**, servidora da Prefeitura Municipal de Blumenau, colocada à disposição na Assembleia Legislativa, através do convênio entre a Prefeitura Municipal de Blumenau e esta ALESC no período de 09 de abril de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 708, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **CARLOS SOUZA FERNANDES**, matrícula nº 7263, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de abril de 2014 (Gab Dep Ismael dos Santos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 709, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA APARECIDA DE BRITTO MOLGARO**, matrícula nº 5470, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-83, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de abril de 2014 (Gab Dep Manoel Mota).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 710, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA APARECIDA DE BRITTO MOLGARO, matrícula nº 5470, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-88, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 10 de abril de 2014 (Gab Dep Manoel Mota).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 711, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR KARINA CANTO BITTENCOURT, matrícula nº 6406, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-87, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 712, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JUSCELINO JOSE REIS, matrícula nº 4751, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-81, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 713, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANA LUCIA COPPINI, matrícula nº 5181, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-71, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 714, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ZAIRA FIGUEIREDO SILVESTRE**, matrícula nº 5180, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-86, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de abril de 2014 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 715, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ZAIRA FIGUEIREDO SILVESTRE, matrícula nº 5180, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 4 de abril de 2014 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 716, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RENATA SILVA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ada Faraco De Luca - Laguna).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 717, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e dos arts. 18 e 26 da Resolução 009, de 19 de dezembro de 2013.

DESIGNAR o servidor **FLORINDO TESTONI FILHO**, matrícula nº 1746, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção - Suporte Técnico, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, LEIA MENDES COOK, que se encontra em fruição de licença-prêmio por mais 30 (trinta) dias, a contar de 4 de abril de 2014. (DL - Diretoria Legislativa).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 718, de 10 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **DEBORA MARA CARDOSO BORGES**, matrícula nº 1294, na Liderança do PSD, a contar de 1º de abril de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 090/14**GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 1406**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a permuta de imóvel no Município de Palhoça".

Florianópolis, 8 de abril de 2014.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 09/04/14

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM Nº 11/14

Florianópolis, 25 de março de 2014

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel constituído por um terreno de 11.879,00 m² (onze mil, oitocentos e setenta e nove metros quadrados), sem benfeitorias, parte do imóvel matriculado sob o nº 12.168 no Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça e cadastrado sob o nº 01019 na Secretaria de Estado da Administração, avaliando em R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

O referido acima permutado por dois imóveis de propriedade do Ministério Público Estadual, localizado no Município de São José, sendo denominado lote "A", com área de 4.684,21 m² (quatro mil, seiscentos e oitenta e quatro metros e vinte e um decímetros quadrados), e outro

denominado lote "B", com área de 4.110,00 m² (quatro mil, cento e dez metros quadrados), matriculados sob os nº 54.084 e 54.084, respectivamente, no registro de Imóveis da Comarca de São José, avaliados em R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

A referida permuta tem como objetivo permitir que o Ministério Público proceda a edificação de várias unidades administrativas destinadas a abrigar órgãos integrantes de sua estrutura organizacional e permitir ao Estado a instalação de serviços públicos estaduais.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Derly Massaud de Anuniação

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 090/2014

Autoriza a permuta de imóvel no Município de Palhoça.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e permutar um terreno com área de 11.879,00 m² (onze mil, oitocentos e setenta e nove metros quadrados), sem benfeitorias, que é parte do imóvel matriculado sob o nº 12.168 no Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça, cadastrado sob o nº 01019 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA) e avaliado em R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

§ 1º O imóvel de que trata o *caput* deste artigo será permutado por 2 (dois) imóveis de propriedade do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), localizados no Município de São José, sendo um denominado lote "A", com área de 4.684,21 m² (quatro mil, seiscentos e oitenta e quatro metros e vinte e um decímetros quadrados), e outro denominado lote "B", com área de 4.110,00 m² (quatro mil, cento e dez metros quadrados), matriculados sob os nºs 54.083 e 54.084, respectivamente, no Registro de Imóveis da Comarca de São José e avaliados em R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

§ 2º A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º A permuta de que trata esta Lei tem por finalidade permitir que o MPSC proceda à edificação de várias unidades administrativas destinadas a abrigar órgãos integrantes de sua estrutura organizacional, bem como permitir que o Estado construa edificações para abrigar serviços públicos.

Art. 3º As despesas com a execução das finalidades descritas no art. 2º desta Lei correrão por conta do MPSC e do Tesouro do Estado, respectivamente.

Art. 4º O MPSC será representado no ato de permuta pelo Procurador-Geral de Justiça e o Estado, pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído pelas referidas autoridades.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0091.9/14

Declara de utilidade pública o Lar Chico Xavier.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Lar Chico Xavier, com sede no município de Biguaçu/SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Dirce Heiderscheidt

Lido no Expediente

Sessão de 09/04/14

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública o **Lar Chico Xavier** atendendo pedido da própria sociedade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos e econômicos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

Deputada Dirce Heiderscheidt

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 092.0/2014

Estabelece a obrigatoriedade às farmácias do Estado de Santa Catarina, que participam do programa federal Farmácia Popular, a afixarem em suas dependências a relação de remédios contemplados pelo programa.

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade às farmácias do Estado de Santa Catarina, que participam do programa federal Farmácia Popular, a afixarem em suas dependências a relação de remédios contemplados pelo programa.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente

Sessão de 09/04/14

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste Parlamento estabelece a obrigatoriedade às farmácias do Estado de Santa Catarina, que participam do programa federal Farmácia Popular, a afixarem em suas dependências a relação de remédios contemplados pelo programa.

O programa Farmácia Popular tem por finalidade ajudar a população menos favorecida com a distribuição de um grande número de remédios, porém não atinge todo o contingente possível pela simples falta de informação.

A medida visa tão somente informar a população a respeito dos medicamentos disponíveis para aquisição pelo referido programa, a fim de beneficiar um número maior de usuários.

Pelas razões acima expostas, solicitamos aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado Aldo Schneider

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 093.0/14

Cria a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso (DEPI) na estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica criada a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso (DEPI) na estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A DEPI subordina-se à Delegacia Geral da Polícia Civil de Santa Catarina.

Art. 2º A DEPI tem competência para operacionalizar as atividades inerentes à Polícia Judiciária na investigação, prevenção e repressão de ilícitos penais praticados contra o idoso, especialmente os previstos no Código Penal Brasileiro, na Lei das Contravenções Penais, na Lei de Tortura e no Estatuto do Idoso.

Art. 3º As despesas decorrentes da implantação das Delegacias correrão por conta de dotação consignada à Secretaria de Estado da Segurança Pública na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente

Sessão de 09/04/14

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste Parlamento visa criar a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso (DEPI) na estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

A proteção ao idoso tem assento constitucional, pelo que a Constituição Federal, logo em seu art. 1º, declara como fundamento da República Federativa do Brasil a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Assegura também, em seu art. 230, a proteção do idoso, firmando "sua participação na comunidade, defendendo a sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida".

A delegacia de proteção ao idoso terá como papel fundamental investigar possíveis infrações penais cometidas contra pessoas maiores de 60 anos, onde serão tratadas com exclusividade. Assim, as delações de maus tratos, ameaças, abandono material e outras manifestações de violência, por exemplo, poderão ser oferecidas diretamente na delegacia especializada na proteção do idoso.

Cabe atentar que dados apontam que em 2025 o Brasil será o 6º país com o maior número de idosos do mundo, com 34 milhões de pessoas com mais de 60 anos, ou seja, 14% da população, o que demonstra que o número de idosos só tende a aumentar, justificando-se a especialização no tratamento a esses cidadãos.

Desta feita, tendo em vista que o presente projeto de lei objetiva resguardar os direitos dos idosos, facilitando o acesso e priorizando a investigação das ocorrências em tese sofridas por eles, solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei.

Deputado Aldo Schneider

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 094.1/14

Dispõe sobre a inclusão do tipo sanguíneo e a possibilidade de doação de órgãos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) emitida pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Santa Catarina (DETRAN-SC).

Art. 1º Fica estabelecida a inclusão do tipo sanguíneo e a possibilidade de doação de órgãos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) emitida pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Santa Catarina (DETRAN-SC).

Parágrafo único. A CNH deverá apresentar impresso no campo denominado "Observações" o tipo sanguíneo e a informação se o titular é ou não doador de órgãos.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente

Sessão de 09/04/14

JUSTIFICATIVA

A proposição que apresentamos tem a intenção de incluir no campo denominado "Observações" da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), emitida pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Santa Catarina (DETRAN-SC), o tipo sanguíneo e a informação se o titular é ou não doador de órgãos.

A CNH é um documento que grande parte dos catarinenses possui e pode ser utilizado como fonte de informação, a respeito da posição de seu titular sobre a doação de órgãos. Ademais, precisa obrigatoriamente ser renovada permitindo ao titular mudar sua opinião.

A medida visa tão somente facilitar e ampliar o trabalho das equipes de salvamento e emergências dos hospitais catarinenses.

Pelos motivos acima, solicitamos aos nobres Pares desta Casa o apoio para a aprovação deste projeto, que considero de grande importância para a população do Estado de Santa Catarina

Deputado Aldo Schneider

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 095.2/14

Desonerar da tarifa de pedágio nas estradas estaduais os veículos de transporte de portadores de necessidades especiais.

Art. 1º Esta lei tem por objetivo a proteção e a integração social das pessoas com deficiência física ou mental, nos termos do artigo 24, inciso XIV, da Constituição Federal, amenizando os custos de locomoção para fins de trabalho, educação, saúde ou lazer.

Art. 2º Ficam isentos de tarifa de pedágio os veículos de transportes de pessoas com deficiência física ou mental.

Parágrafo único - Para os fins desta lei, consideram-se veículos de transportes de pessoas com deficiência física ou mental:

1. automóveis de passeio ou utilitários adaptados, utilizados preferencialmente ou com frequência para a condução individual de pessoas referidas no "caput" deste artigo;

2. vans, microônibus ou utilitários adaptados e utilizados para se conduzir coletivamente pessoas com deficiência severa que utilizem cadeiras de rodas.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua publicação oficial.

Art. 4º As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente

Sessão de 09/04/14

JUSTIFICATIVA

Inicialmente, é importante salientar que o artigo 24, inciso XIV, da Constituição Federal, confere aos Estados competência para legislar concorrentemente sobre proteção integração social das pessoas portadoras de deficiência.

O acesso às rodovias estaduais é condição indispensável para que o deficiente exerça plenamente sua cidadania. De fato, a cobrança de tarifa de pedágio pode tolher ainda mais sua liberdade de locomoção.

É oportuno esclarecer que a isenção aqui preconizada poderá, inclusive, servir como forma de compensação aos gastos

acarretados com os tratamentos e despesas da cidadã ou do cidadão com deficiências físicas ou mentais, que muitas vezes precisam locomover-se para outras localidades em busca de tratamento mais adequado às suas necessidades, sendo eles condutores do veículo ou não.

Por tais razões é que, a exemplo das isenções de alguns tributos concedidos pelo Governo Estadual, faz-se vital a isenção de pedágio nas rodovias estaduais, nos moldes ora indicados.

Diante de todo o exposto, esperamos contar com o apoio dos Nobres Colegas Parlamentares, na aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em

Deputado Kennedy Nunes

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 096.3/14

Declara de utilidade pública o Centro de Referência e Reabilitação em Dependência de Substâncias Psicoativa, de Criciúma.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Referência e Reabilitação em Dependência de Substâncias Psicoativa, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei, que visa declarar de utilidade pública o Centro de Referência e Reabilitação em Dependência de Substâncias Psicoativa (sic), de Criciúma.

A entidade tem como finalidade prevenir e conscientizar a sociedade sobre os malefícios do uso e dependência de substâncias psicoativas, por meio de ações em escolas, associações, igrejas, empresas, além de outras entidades. Também busca reinserir na sociedade os usuários e dependentes de substâncias psicoativas, prezando pelo resgate da cidadania das pessoas atendidas, entre outros propósitos.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

Deputado Ismael dos Santos

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 029/2014

Declara de utilidade pública a Associação Norte Catarinense dos Portadores de Parkinsonismo, de São Bento do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Norte Catarinense dos Portadores de Parkinsonismo, com sede no Município de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 9 de abril de 2014.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 144/2013

Declara de utilidade pública a Associação Jaraguense de Equoterapia (AJAE), de Jaraguá do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Jaraguense de Equoterapia (AJAE), com sede no Município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 9 de abril de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 187/2010

Denomina Joaquim Chiquette o Ginásio de Esportes, contíguo à Escola de Educação Básica Dr. Frederico Rolla, no Município de Atalanta.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Joaquim Chiquetti o Ginásio de Esportes, contíguo à Escola de Educação Básica Dr. Frederico Rolla, no Município de Atalanta.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 9 de abril de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 366/2012

Declara de utilidade pública a Associação Nazarena Assistencial (ANA), com sede no Município de Lages.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Nazarena Assistencial (ANA), com sede no Município de Lages.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 9 de abril de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 388/2013

Institui o Dia Estadual da Conscientização Social, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Conscientização Social, a ser comemorado, anualmente, no dia 3 de junho, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, de abril de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 443/2013

Altera a ementa e os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 16.064, de 2013, que institui a Semana Catarinense do Esporte Educativo, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A ementa e os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 16.064, de 24 de julho de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Institui a Semana Catarinense do Esporte Educacional, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída a Semana Catarinense do Esporte Educacional, no Estado de Santa Catarina, a ser comemorada, anualmente, na última semana do mês de junho.

Art. 2º A Semana Catarinense do Esporte Educacional, tem como objetivo conscientizar os alunos e a sociedade sobre a importância das atividades esportivas, no âmbito escolar, no processo de educação.

Art. 3º Caberá às instituições escolares que participarem da Semana Catarinense do Esporte Educacional o planejamento e a organização do evento, bem como a forma de homenagear os alunos participantes.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 9 de abril de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0578.5/2013

O Projeto de Lei nº 0578.5/2013 passa a ter a seguinte redação:

“PROJETO DE LEI Nº 0578.5/2013

Declara de utilidade pública o Centro Educacional e Beneficente Artur Deiss, de Mondaiá.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro Educacional e Beneficente Artur Deiss, com sede no Município de Mondaiá.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão

Deputado Mauro de Nadal

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 09/04/14

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 578/2013

Declara de utilidade pública o Centro Educacional e Beneficente Artur Deiss, de Mondaiá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro Educacional e Beneficente Artur Deiss, com sede no Município de Mondaiá.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 9 de abril de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 588/2013

Declara de utilidade pública o Observatório Social de São José, de São José.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Observatório Social de São José, com sede no Município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 9 de abril de 2014.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2014

No quadro referente à Classe I, no Anexo I, do Anexo Único do Projeto de Lei Complementar nº 0007/2014, com relação aos níveis, onde se lê:

“ANEXO I

(Lei Complementar nº 349, de 25 de abril de 2006)

Carreira	Denominação do Cargo	Classe	Níveis	Referências												Escolaridade	Quantidade de Vagas
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
Gestor Público	Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda	I	1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Ensino Fundamental (equivalente à 4ª série do 1º Grau)	80		
			2	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
			3	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
			4	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				

Leia-se:

“ANEXO I

(Lei Complementar nº 349, de 25 de abril de 2006)

Carreira	Denominação do Cargo	Classe	Níveis	Referências												Escolaridade	Quantidade de Vagas
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
Gestor Público	Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda	I	1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Ensino Fundamental (equivalente à 4ª série do 1º Grau)	80		
			2	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
			3	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
			4	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 9 de abril de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final, ao parecer exarado pelo Deputado Gilmar Knaesel, na Comissão de Finanças e Tributação, às fls. 16/17, na forma do disposto no art. 190 do Regimento Interno desta Casa.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0007/2014

Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 349, de 2006, que institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Secretaria de Estado do

ANEXO ÚNICO

“ANEXO I

(Lei Complementar nº 349, de 25 de abril de 2006)

Carreira	Denominação do Cargo	Classe	Níveis	Referências												Escolaridade	Quantidade de Vagas
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
Gestor Público	Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda	I	1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Ensino Fundamental (equivalente à 4ª série do 1º Grau)	80		
			2	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
			3	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
			4	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				

Carreira	Denominação do Cargo	Classe	Níveis	Referências												Escolaridade	Quantidade de Vagas
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
Gestor Público	Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda	II	1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Ensino Fundamental (equivalente ao 1º Grau)	40		
			2	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
			3	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
			4	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				

Carreira	Denominação do Cargo	Classe	Níveis	Referências												Escolaridade	Quantidade de Vagas
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
Gestor Público	Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda	III	1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Ensino Médio (equivalente ao 2º Grau)	230		
			2	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
			3	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
			4	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				

Carreira	Denominação do Cargo	Classe	Níveis	Referências												Escolaridade	Quantidade de Vagas
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
Gestor Público	Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda	IV	1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Nível Superior	138		
			2	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
			3	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				
			4	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J				

*** X X X ***

”(NR)